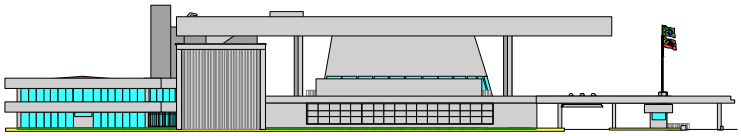
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII | FLORIANÓPOLIS, 24 DE MARÇO DE 2008 | NÚMERO 5.867

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)
PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1879**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 017ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 18/03/2008.....2

Atos da Mesa
Ato da Mesa Dl.....16

Publicações Diversas
Ata da Procuradoria.....17
Atas das Comissões Permanentes 17
Aviso de Resultado.....20
Avisos de Licitações.....20
Extratos 20
Redação Final 20

P L E N Á R I O

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flávio Ragagnin - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fala da 10ª Festa Estadual da Ovelha, em Campos Novos; refere-se à sessão solene em homenagem ao Conselho Regional de Medicina.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Parabeniza a Cresol Dionísio Cerqueira, Santa Rosa de Lima e Anitápolis, pela passagem do aniversário; mostra preocupação com a pressão da polícia com a greve dos professores.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lamenta a morte do servidor da UFSC, José de Assis Filho; fala de sua participação do IV Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças, em Belo Horizonte.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a presença do ex-prefeito de Cocal do Sul e do vice-prefeito de Nova Trento; fala das obras inauguradas pelo governador e vice-governador, em Nova Trento.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mostra indignação com o caos da reforma da ponte de Navegantes, na BR-101.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Informa que solicitou reunião com o DNIT para acelerar a reforma da ponte de Navegantes, na BR-101.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Externa preocupação com a segurança na BR-282, na região oeste; comunica ser contra a instalação de pedágios nas rodovias.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Concorda com o deputado Gelson Merísio sobre a situação da BR-282.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Manifesta concordância com o deputado Gelson Merísio, com relação à obra da BR-282.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Aborda a duplicação da BR-101; comenta o discurso do líder da bancada do PT em defesa dos professores estaduais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Parabeniza o deputado Manoel Mota pelo pronunciamento; questiona recursos da União na obra da ponte do rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que a bancada do PT está solidária com os professores da UFSC.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Fala de sua participação na Festa do Chimarrão, em Catanduvas; destaca a valorização do agricultor pelo financiamento do Pronaf.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito e do presidente do PSDB, de Águas Mornas.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Fala sobre o município de São José, que completa 258 anos de emancipação política e administrativa; agradece ao governador Luiz Henrique da Silveira pelas ações naquele município.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comunica a vinda do presidente Lula para o lançamento das obras do PAC no Maciço do Morro da Cruz; fala dos investimentos que estão sendo feitos na BR-282.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta matéria do *Diário Catarinense*, referente ao superfaturamento na manutenção de viaturas da Polícia Militar.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede ao deputado Herneus de Nadal para subscrever a requerimento de sua autoria parabenizando os municípios de Anchieta e Jardinópolis.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede que a votação da MV n. 0568/2008, referente ao PL n. 0575/2007, seja transferida.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede que seja identificado os vetos que será deliberado nesta pauta.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Indaga se o PL n. 0451/2007, de sua autoria, está em votação ou se o governador vetou.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discute o PL n. 0451/2007, de sua autoria, que dispõe sobre a proibição de restrição às pessoas inscritas nos cadastros do sistema de restrição ao crédito por empresas quando em processo de seleção para admissão no mercado de trabalho.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Sugere a retirada dos vetos da pauta na Ordem do Dia, para votação posterior.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discorda quanto à retirada dos vetos da pauta na Ordem do Dia, para votação posterior.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Esclarece as razões do veto ao PL n. 0451/2007.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Pede a retirada da pauta do PL n. 0451/2007.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Informa que sua bancada irá posicionar-se pela derrubada do veto.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Justifica sua ausência nas sessões do dia 13 e 14 de março; manifesta-se com relação ao Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Aborda a importância do transporte marítimo na Grande Florianópolis.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Comunica sua participação na Conferência da Confederação dos Parlamentos da América, Copa, no México.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta Alexandre Menegotti, empresário da indústria da moda, e Paulo Schaufelberger, presidente do PSDB de Presidente Nereu.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discorre sobre a implantação da Ferrovia da Integração no PAC; apóia a greve dos educadores de Santa Catarina.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Informa que a inclusão da Ferrovia da Integração no PAC é uma reivindicação do Parlasul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Comunica que apóia a proposta do deputado Pedro Uczai quanto à incorporação do abano dos professores estaduais.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Elogia a postura do secretário da Educação, Paulo Bauer.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda comentário do jornalista Moacir Pereira sobre a face autoritária do governo do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Esclarece participação de policiais militares em suposta coação de movimentos trabalhistas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra mobilização em Nova Erechim referente à construção de hidrelétrica na bacia do rio Chapecó.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comenta matéria do jornal *Notícia do Dia* e critica o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Critica o deputado Manoel Mota por não haver respondido as questões constantes de matéria do jornalista Moacir Pereira; informa que trará matéria do jornal *Notisul*.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Ataca o deputado Joares Ponticelli em relação às críticas feitas ao atual governo do estado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica o deputado Joares Ponticelli pelo pronunciamento referente à matéria do jornalista Moacir Pereira.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solicita que mostrem ao deputado Joares Ponticelli o jornal que aborda a Festa da Tainha.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Elizeu Mattos pelo discurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, gostaria de saudar os catarinenses e os telespectadores da TVAL.

Quero falar nos acontecimentos desse final de semana no município de Campo Alegre, onde foi realizada a 10ª Festa Estadual da Ovelha, onde estava o prefeito Renato Bahr, seu vice-prefeito Vilmar Grosskopf, a presidente da Câmara, Ana Lucia Piske Franco, o deputado federal Mauro Mariani, representando o governador Luiz Henrique da Silveira, e vários prefeitos da região, como o de São Bento do Sul, de Rio Negrinho, de Garuva, enfim, dos municípios que compõem aquela região, para fazer a abertura da 10ª Festa Estadual da Ovelha.

Lá tivemos a honra de entregar àquele município a lei que concede o título de Capital Catarinense da Ovelha. Essa lei foi sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira, e entregue ao prefeito Renato Bahr. Então, parabéns, comunidade de Campo Alegre! Parabéns ao planalto norte, que se fez presente numa festa muito bonita. Campo Alegre pertence a uma região pitoresca, pois sua área estende-se além da serra, e é uma das regiões do estado de Santa Catarina que tem maior longevidade, portanto, maior qualidade de vida. Não há dúvida nenhuma de que o oxigênio da serra do Mar, que com abundância rega o município de Campo Alegre, faz com que os seus habitantes tenham mais saúde. Além disso, temos lá um importante corpo técnico de médicos, que também quero homenagear.

Quero, neste momento, fazer referência à homenagem feita nesta Casa, sra. presidente deputada Ana Paula Lima, ao Conselho Regional de Medicina, que comemora o seu cinqüentenário. O CRM fiscaliza, orienta e determina as normas a serem seguidas pelos profissionais da Saúde no estado de Santa Catarina.

Gostaria também de falar ao presidente do CRM, dr. Anastácio Kotzias, sobre a importância desse Conselho para o nosso estado e fazer a minha homenagem ao médico que tem no CRM - Conselho Regional de Medicina, o número três, o dr. Walmor Zomer Garcia, médico que hoje tem mais de 80 anos, mas que esteve presente na grande solenidade que homenageou o Conselho Regional de Medicina, todos os seus integrantes e por conseguinte os médicos do estado de Santa Catarina.

É importante destacar a importância da medicina no momento em que vivemos. Inclusive, temos várias leis em tramitação que vão fazer com que as decisões do futuro da ciência, do futuro da medicina, sejam ou não comprometidas. Essas leis têm que ser aprovadas, porque farão com que a ciência tenha legalidade para executar os seus estudos e que as células-tronco venham a ajudar na cura de doenças. Para isso nós temos que ter a autorização legislativa, que é dada pelo Congresso Nacional. E temos certeza de que, com a ajuda de todos os deputados federais e senadores, vamos fazer com que essa lei seja aprovada.

Na verdade, dentre as várias leis presentes no nosso estado, quero citar aqui uma que foi aprovada por esta Casa e vetada pelo governador do estado. Trata-se da lei que autoriza a doação de protetores solares aos pacientes portadores de câncer. Fizemos a indicação à secretaria da Saúde e temos certeza de que haverá a sensibilidade por parte daquele órgão para que haja maior liberação dos protetores solares à população.

Queremos também destacar as melhorias, na área da Saúde, no município de Canoinhas, uma vez que lá será inaugurado o aparelho de ressonância magnética. E temos certeza de que o Centro de Imagem contará não só a ressonância, mas também com aparelhos de Raios X, endoscopia, mamografia e de ultra-sonografia. Esse, inclusive, também será instalado no município de São Bento do Sul. Portanto, gostaria de dizer ao prefeito de São Bento do Sul, Fernando Mallon, que temos a notícia, sim, de que o convênio para a aquisição do aparelho de ultra-sonografia será assinado com aquele município e que no dia 29 deveremos inaugurar a Unidade de Tratamento Intensivo.

Na semana passada o governo esteve participando de um ato importante, juntamente com o prefeito Dário Berger, uma grande reunião no Hospital de Caridade, porque o governo do estado está, sim, imbuído do espírito de fazer com que a nossa Saúde tenha cada vez mais condições de fazer com que os pacientes sejam bem atendidos. E também que haja, por parte do governo federal, a liberação de verbas para a Saúde, uma vez que ele teve a sua maior arrecadação de receita, a sua arrecadação recorde, durante este ano.

Com isso fazemos jus ao pedido do governo federal para o reajuste da tabela do SUS. Reajustar a tabela significa dar melhores condições aos profissionais e aos hospitais que praticam as cirurgias e os exames de laboratório que os pacientes necessitam.

Então, acreditamos que a saúde como um todo pode ser tratada, sim, em níveis municipal, estadual e federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estou apresentando uma moção parabenizando a Cresol Dionísio Cerqueira, pela passagem do seu 10º aniversário, e também pelo grande encontro realizado no último sábado naquele município, com a presença de mais de 1.300 pessoas dos municípios de Dionísio Cerqueira e Palma Sola. Foi uma festa muito bonita para comemorar os 10 anos da cooperativa de crédito Cresol.

Também foram comemorados os nove anos da Cresol Santa Rosa de Lima, na quinta-feira à noite, em Santa Rosa de Lima e Anitápolis. E eu me sinto muito orgulhoso porque ajudei a construir essa história.

Em 1992, quando iniciamos uma grande luta para construir um crédito diferente para os pequenos, um tratamento diferenciado da política pública e do crédito agrícola para a nossa agricultura familiar, não imaginávamos que depois desses anos de caminhada pudéssemos ver, hoje, uma organização tão importante da nossa agricultura familiar, das nossas associações e das nossas cooperativas de crédito tendo uma política tão interessante e fundamental, que desenvolve importantes regiões do Brasil, facilitando o acesso dos agricultores ao crédito - e inclusive incentivando esse cooperativismo de crédito e de produção na nossa agricultura.

Com certeza, fico muito feliz de poder participar dessa história, da construção da luta do sindicalismo. E também é importante dizer que o Pronaf deu essa possibilidade de construirmos um cooperativismo de crédito estruturado neste estado e no Brasil afora.

Hoje pela manhã iniciou - e está acontecendo ainda - a reunião do Conselho Estadual do Pronaf, na qual tive a honra de representar a comissão de Agricultura e o sr. presidente desta Casa também. Na oportunidade, fez-se um grande debate sobre o investimento que o Pronaf Infra-Estrutura vai aplicar em Santa Catarina na política territorial e nos projetos estratégicos de investimentos no estado.

Então, vou voltar a esse assunto amanhã, debatendo a política de crédito agrícola no nosso Brasil. Mas com certeza é uma estratégia muito importante que haja um crédito diferenciado da agricultura patronal para a agricultura familiar, para as pequenas propriedades, com subsídios inclusive - continuam, inclusive, os subsídios aos juros dos financiamentos agrícolas. Assim poderemos ver regiões importantes desenvolvendo a sua economia, como é o caso, principalmente, da produção leiteira no oeste catarinense, financiada com recursos públicos e, fundamentalmente, pelo Pronaf. Portanto, isso é muito importante, quando se tem políticas de subsídios direcionadas para um público que necessita da presença do estado.

Todo esse movimento que se construiu no início dos anos 90, com uma perspectiva de tratamento diferente, trouxe-nos a possibilidade de incluir milhares e milhares de famílias de agricultores e também a nossa juventude, que continua cumprindo um papel importante: o do desenvolvimento econômico, social e político nas comunidades rurais do estado.

Outro tema que durante o final de semana preocupou-nos bastante foi um conjunto de denúncias trazidas pela imprensa aos nossos gabinetes - e para mim, pessoalmente, uma vez que presido a comissão de Segurança Pública - sobre fatos que ocorreram pelo estado afora, na mobilização dos nossos professores, que estão em greve e receberam uma pressão extraordinária da polícia.

Fomos nos certificar, conversamos com os professores e lideranças e entendemos ser fundamental que esta Casa cumpra o seu papel mediador e faça uma reunião de esclarecimento dos fatos, com a presença dos professores em greve, a sua direção e a secretaria da Segurança Pública do estado.

Como presidente da comissão de Segurança Pública desta Casa, não me pude furtar dessa responsabilidade, porque qualquer movimento social que procure justiça e diálogo com o governo ou com a iniciativa privada não pode ser tratado com polícia. Sempre fui contra isso na minha vida pública e na minha vida como sindicalista. E não posso admitir que, neste momento, os trabalhadores, que estão procurando os seus direitos, sejam tratados também com polícia.

Então, marcamos para hoje à tarde, às 18h, uma reunião com o comando de greve. E temos a confirmação da presença do secretário da Segurança Pública, a quem agradecemos pelo pronto-atendimento ao nosso pedido de fazer uma reunião para, justamente, esclarecermos esses fatos. Nós não podemos deixar que isso tome corpo e alastre-se pelo estado afora, porque senão logo, logo teremos ações, como já aconteceu em outros momentos, em cima dos trabalhadores que procuram os seus direitos.

Achamos, inclusive, muito estranha uma declaração do próprio secretário dizendo que, se houve algum excesso, foi de maneira involuntária. O servidor não pode ser tratado assim! Se houve pessoas que cometeram excessos sem ordem, elas têm que ser punidas.

Por isso entendemos fundamental essa reunião de hoje para esclarecermos os fatos e assim fazer com que, a partir de hoje, não ocorra mais isso que aconteceu nas escolas em Brusque, Blumenau, Chapecó, além de outros fatos que nos chamaram muita atenção no final de semana. Entendemos que isso não pode acontecer mais! Nós precisamos, sim, de um diálogo muito aberto entre o estado e os funcionários públicos da Educação, porque não queremos que nem os professores, nem os alunos, nem os pais, enfim, que a sociedade catarinense sofra com os problemas de não haver diálogo entre o estado e os funcionários.

Então, estamos aguardando. Amanhã haverá uma assembléia dos professores e esperamos que até lá o governo já tenha reaberto o diálogo para que se possa terminar esse movimento. Assim, voltarão à normalidade as aulas dos nossos jovens e das nossas crianças do estado, e a Educação de Santa Catarina não será, mais uma vez, prejudicada por falta de diálogo, de conversação e de não-atendimento das reivindicações das categorias dos nossos trabalhadores.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores e servidoras públicos de todas as esferas, hoje é um dia muito triste para nós, pois acabamos de perder um grande companheiro, um grande servidor público, um conhecido nosso desde o começo da década de 90, quando eu ainda era estudante na Universidade Federal de Santa Catarina. O servidor técnico administrativo da UFSC, José de Assis Filho, faleceu, ontem, no final da tarde, no hospital do Cepon, no centro da capital, vítima de câncer no estômago, doença que ele descobriu apenas no mês de novembro do ano passado e que buscava ainda ter uma sobrevida muito maior do que essa que foi possível.

Gostaria de solicitar que seja exposta a fotografia do Assis, porque certamente muitas das pessoas aqui presentes, assim como você, que está em casa assistindo-nos e que participou da luta em defesa da universidade pública, que participou da luta em defesa do serviço público e que participou da luta dos trabalhadores públicos brasileiros nos últimos 15 anos ou 20 anos, conheceram o Assis.

(Procede-se à exibição da fotografia.)

O Assis é natural de Florianópolis, um manezinho da Ilha que nasceu e criou-se no Pantanal. Um menino pobre, que foi criado pela tia, que trabalhava de lavadeira. Inclusive, quando criança, o Assis chegava a fazer duas vezes por dia o trajeto entre o bairro Pantanal e o centro da cidade, trazendo e levando as roupas que sua tia lavava, percurso que chegava próximo a 30 quilômetros. Ainda menino, o manezinho da Ilha, ainda na infância, trabalhava para sobreviver.

Faz 25 anos que o Assis era servidor da Universidade Federal, e lá dentro, independentementede posturas políticas diferentes que teve no passado, ele sempre foi defensor de um serviço público de qualidade e dos direitos estudantis. Trabalhou todo o tempo no Departamento de Administração Escolar - DAE. E não era raro o Assis trabalhar madrugada adentro, ou mesmo nos finais de semana, para garantir que os documentos dos estudantes ficassem prontos para que não houvesse nenhum atraso nos processos.

Atualmente o Assis era coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC, tendo uma participação na diretoria há vários anos, sempre combativo nas suas posições políticas, neste século, nesta década, sempre voltadas para os interesses do serviço público e, portanto, contra todas as políticas de privatização, todas as lógicas privatizantes dos diversos governos que já tivemos.

Perdemos nesta data - e nós o sepultamos hoje, pela manhã, no cemitério do Itacorubi - mais um grande guerreiro da causa pública. Nesta foto batida no ano passado, em 2007 - portanto ela tem menos de um ano -, ele está vestindo uma camiseta daquele movimento HU 100% SUS, ou seja, Hospital Universitário 100% a serviço da população carente, Hospital Universitário sem nenhum convênio privado, porque o Hospital da Universidade Federal de Santa Catarina ainda é o único que não tem nenhum convênio privado. E é uma política do ministério da Saúde, do ministro José Gomes Temporão, curiosa ou não curiosamente o ministro da Saúde do governo Lula, criar organizações sociais para gerir os hospitais universitários.

Se a proposta de criação das fundações públicas de direito privado do ministro Temporão estava avançada em alguns pontos, nessa questão está entrando na mesma lógica de privatizar os hospitais universitários.

O Assis lutou muito contra essa política também, e nos últimos anos andou lá em Brasília, debatendo com senadores, deputados e ministros, sempre com uma posição enérgica, com muita capacidade combativa, muita força e determinação. Ele contribuiu decisivamente para aquilo que é o movimento dos servidores públicos hoje, nesses anos de tantos desenganos e desilusão, de tanta privatização, apesar de os governos não mais admitirem isso.

Os governos, tanto os estaduais quanto o governo federal atual, continuam na mesma lógica de privatização, mas dão outro nome: fundação pública de direito privado. Essa camiseta que o Assis está usando nesta foto é justamente na campanha contra a entrega do Hospital Universitário da UFSC para as fundações.

Então, queremos fazer uma homenagem a esse grande companheiro que foi o Assis. Quero também dizer que a nossa luta vai continuar! A todos aqueles batalhadores da causa pública, batalhadores do povo brasileiro e catarinense, quero dizer que a nossa luta não terminou com a morte do Assis, assim como não terminou com o falecimento do Mitico, no ano passado. A nossa, ao contrário, deve iluminar-se, inspirar-se, fortalecer-se na história desses lutadores, desses guerreiros do povo brasileiro.

A nossa homenagem e toda a nossa dedicação a esses heróis anônimos do povo, que passam pela vida, que lutam contra a morte, contra as injustiças que permeiam os diversos espaços públicos, os salões luxuosos, o Congresso e, inclusive, este Poder Legislativo.

É esse grito do Assis que não pode calar e não vai calar. O silêncio dos últimos meses e o silêncio do Assis não vai permanecer, porque inspirado nele, inspirado no seu exemplo, nós e milhares de outros servidores públicos continuaremos lutando pelos nossos direitos.

Gostaria que a foto fosse retirada do painel para que eu possa ver o horário que me resta, para falar também sobre um evento que tivemos a oportunidade de participar, na semana passada, na quinta-feira, como já falamos aqui, no estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte: o IV Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças, organizado pela Anaspra - Associação Nacional de Praças. Estiveram em Brasília representações de praças de quase todos os estados da federação, discutindo diversos assuntos de interesse da nossa categoria.

Os assuntos eram mais especificamente sobre o Projeto de Emenda Constitucional n. 0021, de autoria do senador Tasso Jereissati, que possibilita, a partir da sua aprovação, a desmilitarização das policiais militares do Corpo de Bombeiros, a unificação das Polícias. Essas são bandeiras pelas quais nós, da Aprasc - e está aqui o presidente da Aprasc, nosso companheiro J. Costa -, temos batalhado há diversos anos, desde que criamos a entidade.

Lutamos por democratizar a nossa instituição, democratizar as instituições militares, garantir que a instituição pública, inclusive a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, possa estar aberta aos olhos da sociedade e ser avaliada pelos seus servidores e por todos os segmentos, possa ser criticada, inclusive, pelos seus servidores naquilo que estiver errada. E a nossa defesa, a nossa luta, mostra-se cada dia mais justa e mais correta. E cito, como exemplo, o último escândalo noticiado pela imprensa catarinense sobre o superfaturamento na manutenção de automóveis e viaturas. No caso específico trata-se de uma moto, da qual se pagou pelo conserto o dobro do preço que poderia ter sido pago em outra oficina.

Se tivéssemos instituições mais abertas, mais democráticas e as pessoas pudessem falar o que acontece lá dentro, com certeza isso não aconteceria e estar-se-ia prestando um grande serviço à população que paga por tudo isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar de forma especial o ex-prefeito de Cocal do Sul, Aldo Furlan, que se encontra nas galerias desta Casa acompanhando os trabalhos legislativos. Quero ainda saudar o vice-prefeito Orivan Jarbas Orsi, de Nova Trento, a cidade da Santa Paulina, que é também o coordenador regional do PSDB nos municípios do vale do rio Tijucas, quais sejam: Nova Trento, Canelinha, Major Gercino, São João Batista, Tijucas, Botuverá, Guabiruba e Brusque.

O sr. Orivan Jarbas Orsi tem feito um grande trabalho com os neotrentinos, juntamente com a prefeita de Nova Trento, que é a cidade da primeira santa brasileira, Santa Paulina, que, aliás, antes de ir para Nova Trento morou em Brusque, minha terra natal, mas que se consagrou como a santa de Nova Trento, para onde acorre um grande número de turistas todos os dias, principalmente nos finais de semana. Naturalmente, então, que Nova Trento precisa receber alguns investimentos especiais, principalmente em infra-estrutura para o turismo.

No sábado passado foi um dia corrido, em Nova Trento, para o governador, para o vice-governador Leonel Pavan, para Orivan Jarbas Orsi, que aqui está, como também para a prefeita Sandra Regina Eccel Rachadel, pois tivemos inúmeras inaugurações. Uma delas, por exemplo, foi o famoso Morro da Cruz, que deve ter uns 500 metros de altura, que até então não havia sido asfaltado, ou melhor, apenas uma parte era asfaltada. Mas o vice-governador Leonel Pavan, liberando uma emenda de R$ 120 mil ou R$ 130 mil, o deputado federal Edinho Bez, liberando uma quantia parecida, e a prefeitura conseguiram lá fazer uns três quilômetros, quatro quilômetros de asfalto, que foram executados em parceria com o governo do estado. Naturalmente, também estivemos prestigiando a inauguração com o vice-governador, para ver com nossos próprios olhos o que foi feito com o dinheiro que ele destinou com a sua emenda como senador.

Lá em Nova Trento, o governador Luiz Henrique da Silveira ainda inaugurou uma ponte que faz ligação entre a SC-411 e a comunidade da Ponta Fina. Trata-se de uma comunidade que tem 70 ou 80 famílias, que tem um riacho importante, e há uns 30 ou 40 anos todos queriam muito aquela ponte. E graças a esse trabalho de descentralização do poder, de descentralização das opiniões, foi executada a obra da Ponta Fina. O deputado Dagomar Carneiro e eu estivemos presenciando tanto a inauguração da ponte quanto a inauguração da pavimentação no Morro da Cruz.

Srs. deputados, ainda foram entregues pavimentações em algumas ruas, como na chamada rua Florianópolis e em outras ruas anexas, executadas através de parceria entre a prefeitura, o estado e a comunidade. Essa é a maneira certa de administrar os municípios, pois os prefeitos têm que buscar essa habilidade de contar com o apoio do governo do estado, juntamente com o orçamento próprio da prefeitura, mas também tem que haver a participação da comunidade. Até porque muitas vezes podemos achar que o custo de determinada obra, numa rua de 200 metros de comprimento, fica em torno de R$ 50 mil ou R$ 60 mil, mas quando vamos executar o serviço é que vemos o custo da pedra, da areia e da mão-de-obra ou quando é asfalto é que vemos o conjunto, enfim, da pavimentação e da infra-estrutura. E quando a comunidade participa com uma parte do custo da obra, naturalmente que acaba sendo informada do custo total e passa a valorizá-la mais.

Desta forma, quero saudar, de forma especial, o vice-prefeito Orivan Jarbas Orsi, que juntamente com a prefeita de Nova Trento tem-se empenhado para executar um conjunto de obras muito importantes para Nova Trento. Sendo a cidade da Santa Paulina, Nova Trento tem que ser boa e bonita, como devem ser todas as outras cidades. Mas naquela há algo especial, justamente por receber um grande número de turistas, que naturalmente merecem um atendimento especial quando estão fora de casa.

Quero ainda fazer uma saudação ao presidente do PSDB, professor César Reitz, de São João Batista, que tem organizado o partido através de reuniões, no centro a cada 15 dias e semanalmente nos bairros, justamente para chamar a atenção da comunidade, da sociedade, no sentido de que este é um ano diferente e muito importante, porque se as pessoas que estão em casa acham que os políticos devem ser mais sérios, devem tratar a política com mais transparência, com mais honestidade, devem empenhar-se mais, então, está na hora de representantes da comunidade, através dos partidos políticos, participarem e serem candidatos a vereador, a prefeito ou a vice-prefeito. Quanto àqueles que não querem ou que não devem ser candidatos, que pelo menos se esforcem, empenhem-se em escolher bem o seu representante. Escolher o vereador, o prefeito é, na verdade, eleger alguém como nós mesmos, alguém que é igual a nós. E César Reitz, em São João Batista, como presidente do nosso partido, tem feito um extraordinário trabalho de organização do PSDB, o que é muito importante. Precisamos destacar as pessoas, porque esse é um trabalho que temos que fazer.

Quero saudar ainda o presidente Alcione, de Imbuia, que tem organizado o partido e através dessa organização está preparando os candidatos a vereador, ele que é um dos possíveis candidatos a prefeito, mas que se tem empenhado em estimular a comunidade a escolher os seus vereadores e o seu prefeito, ou seja, aqueles que poderão fazer o melhor para a sua cidade.

Srs. parlamentares, antes de encerrar o meu pronunciamento, quero fazer uma saudação especial a uma empresa. Nós, brusquenses, deputado Dagomar Carneiro, temos um orgulho muito grande das nossas empresas, até porque é delas e do trabalho de cada um que saem o pão e o leite das nossas famílias, das nossas crianças. Em Brusque, temos inúmeras empresas que nos orgulham, a começar pelas mais velhas, como a Schlösser, a Renaux e a Buettner, que são as mães de todas as indústrias têxteis daquela cidade, daquele vale. Mas a empresa que gostaria de ressaltar, hoje, é a Colcci, originária de Brusque, que foi incorporada à empresa do sr. Alexandre Menegotti e que nesses últimos dias adquiriu a Fórum e a Triton. As três empresas juntas seguramente vão formar uma grande empresa no setor têxtil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito usará a palavra após a Ordem do Dia.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público aqui presente, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e colegas de imprensa, venho aqui trazer um assunto que está tirando a paciência dos moradores da região norte do estado e daqueles que passam pela BR-101. Estou falando da reforma de uma ponte na BR-101, na altura do município de Navegantes.

Eu sei que houve um grupo de deputados que acompanhou o pessoal do DNIT e da Polícia Rodoviária Federal até o local para tratar do assunto. Não fui comunicado no dia, até gostaria de ter ido lá. Algumas modificações foram feitas depois da visita desses deputados. Por exemplo, aumentaram o trecho onde passa somente um veículo, onde afunila, de duas para uma canaleta. O DNIT dizia que essa mudança possibilitaria maior rapidez no fluxo de veículos, diminuindo a fila.

Deputado José Natal, a fila agora chega a dez quilômetros; do viaduto do Posto Santa Rosa até o final da ponte existem 6.700 metros. E agora a fila não está mais ali, está na entrada da rodoviária de Itajaí. São dez quilômetros de fila!

Não é mais possível usarmos diariamente a BR-101 e conviver com essa situação, deputado Pedro Uczai. Não dá mais! É impossível perder duas horas e meia para andar seis quilômetros. Não há possibilidade! E por uma birra do DNIT, por incompetência desse órgão, que não está resolvendo essa situação.

Srs. deputados, levo 56 minutos daqui até o início da fila. Perco duas horas e meia para fazer sete quilômetros depois da ponte, deputado Moacir Solpesa; até Joinville levo mais 40 minutos. Quer dizer, fico mais tempo parado do que viajando. É uma coisa inconcebível! E eu já disse que existem horários em que as coisas pioram: entre as 17h e 20h. Esse é o horário de pico, quando a fila fica enorme.

Eu falei e volto a repetir aqui que o DNIT tem que fazer o que foi feito na ponte do município de Piçarras, quando houve aquela enxurrada: eles retiraram a mureta do centro da duplicação e inviabilizaram uma mão, fazendo com que as duas passagens fossem feitas por um lado só da pista.

O DNIT tem que tomar uma providência quanto a essa questão. Deve haver uma saída 500 metros antes da ponte de Navegantes, e ali há um retorno, não é preciso nem quebrar nada. Mas a saída para isso é a seguinte: na hora em que a fila alcançar, ir além dos cinco quilômetros, que é um pouquinho depois, indo para o norte do posto Santa Rosa, um policial poderia ir até lá e trancar a passagem norte-sul, desovando a fila, e depois fechar e liberar a passagem norte-sul.

Será que é tão difícil para o pessoal do DNIT fazer isso? Será que o pessoal da empreiteira, que está lá fazendo a obra, não está conseguindo verificar isso? Será que o usuário do transporte, será que o caminhoneiro, os autônomos, todos nós que utilizamos a rodovia, que para nós é importante o tempo, que cada dia ele está mais escasso, temos que esperar duas horas para passar numa ponte?

Deputado Dagomar Carneiro, o que mais me traz indignação, hoje, ao vir aqui para fazer um apelo a esta Casa, no sentido de nos ajudar junto ao DNIT, principalmente os nobres colegas do Partido dos Trabalhadores, que têm uma passagem livre lá... Eu não estou sendo contra a obra, a obra é necessária, está ficando boa. Agora, existe um problema que foi criado ali. São dez quilômetros, deputado Pedro Uczai, de fila! Dez quilômetros! São duas horas para passar seis quilômetros! Isso é inconcebível! Não se admite mais uma intransigência desta do DNIT! E o que mais me preocupa, deputado Dirceu Dresch, é que, segundo informações, a obra vai ultrapassar o mês de junho, e nós estamos no mês de março! Será que vamos ter que pagar esse preço ainda?!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo um aparte a v.exa., deputado Pedro Uczai, pois talvez possa dar uma informação que eu ainda não saiba.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu tive a oportunidade de ir também até Joinville, na sexta- feira, pela parte da manhã, e vivenciei esse momento de tensão, de engarrafamento naquela região.

Em primeiro lugar, acho que temos que comemorar essa obra, pois é importante e necessária à BR-101; são obras que deveriam ter sido feitas quando foi duplicada a BR - passarelas, viadutos -, como ocorreu agora em Balneário Camboriú, onde foi feita uma reivindicação da comunidade.

Em segundo lugar, eu quero informar a v.exas. que falei há poucos dias, e agora estou tentando conversar novamente, com o João José, do DNIT, para ele nos ajudar nisso. Quem sabe até poderíamos conversar ou marcar uma conversa aqui próximo da Assembléia Legislativa, para ver se é possível a empresa, que é privada, que ganhou a licitação, acelerar essa obra.

Em terceiro lugar, além dessa alternativa que v.exa. está propondo, que em alguns momentos de pico os trabalhadores diminuíssem o seu trabalho, para diminuir também o engarrafamento, eu acho muito importante.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não é diminuir o trabalho, até porque não tem como diminuir, porque há uma pista que está interditada. O que tem que fazer é desafogar o trânsito usando a outra pista! A outra ponte tem três vias! Não justifica não usar a outra via. E falando em sinalização, é importante que sejam colocados os cones!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - E o que senti lá foi a ausência de policial rodoviário federal. Porque muitas vezes poderia haver uma velocidade muito maior do que está tendo agora, na hora do entroncamento de duas filas para uma.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mas a preocupação da Polícia Rodoviária Federal é onde começa a fila, para evitar acidente. Eles ficam ali para evitar acidente. Para sinalizar que ali parou o trânsito, dez quilômetros antes da ponte.

Deputado, concordo com v.exa., acho que precisamos chamar o DNIT. A única saída é a seguinte: quando o engarrafamento chegar acima de cinco quilômetros, interdita-se o trânsito no sentido norte-sul por meia hora, para desafogar. Porque não acontece durante todo o dia, apenas em determinadas horas do dia.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, estou fazendo contato com o engenheiro João José, para ver se ele nos recebe após esta sessão. Inclusive, coloco-me à disposição, junto com v.exa. e os demais deputados, para conversar com a direção do DNIT, a fim de buscarmos uma solução para esse problema.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado. Espero que isso venha a ocorrer, porque é intragável a situação de esperarmos duas horas ou mais para andarmos apenas seis quilômetros, pois a fila chega a dez quilômetros. Isso é intragável, e não é possível continuarmos assim.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, sra. deputada e srs. deputados, eu gostaria de lamentar também o falecimento da professora Elisabete Anderle, que vai fazer muita falta para nós.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Srs. deputados que acompanham esta sessão, prezados ouvintes da Rádio Alesc Digital e os que nos assistem pela TVAL, eu acompanhei, na semana que passou, a instalação nesta Casa de um fórum parlamentar para o acompanhamento das rodovias de Santa Catarina. E eu quero, mais uma vez, trazer a esta Casa a preocupação não apenas com a questão do recurso público, mas também com a questão da segurança, no que diz respeito ao trecho da BR-282, na região oeste.

É lamentável, é profundamente constrangedor a rodovia, há pouco mais de um ano da sua recuperação, estar no estado em que se encontra. E falo isso com toda a tranqüilidade. Não é uma crítica ao DNIT nem ao governo federal. É um fato concreto de uma empresa que fez um serviço absolutamente desqualificado, que tem que ser responsabilizada, pois a obra feita em frente à Polícia Rodoviária de Xanxerê tem que ser refeita. Se alguém for lá e tirar uma fotografia e disser que há pouco mais de um ano foi feita uma recuperação lá, ninguém vai acreditar.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Eu estou absolutamente inconformado com isso, sem querer fazer nenhuma crítica a ninguém, deputado Pedro Uczai (já vou lhe conceder um aparte). Mas é absolutamente imperioso ao estado e ao governo federal, através do DNIT, tomarem uma providência na Justiça, cobrando da empresa, porque aquilo não tem sentido.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero concordar com v.exa. denunciando essa situação da BR-282. O DNIT não só já notificou a empresa, como a empresa se comprometeu a refazer esse trecho e também outros trechos de Xanxerê a São Miguel d' Oeste, porque o material betuminoso que foi utilizado é de baixa qualidade, e a empresa vai ter de refazer todo esse trecho, sem custo para o governo federal. Essa é a resposta que o DNIT deu. Concordo com v.exa. que o material utilizado foi de baixa qualidade, e a conseqüência é a seguinte: a obra vai ter de ser refeita sem custo para o governo federal.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Obrigado, deputado Gelson Merísio.

Eu concordo com v.exa., pois estamos na estrada quase que semanalmente, com relação à obra da BR-282, próxima a Alfredo Wagner, que também tem menos de seis meses de recuperação. Aquilo é um caso realmente de polícia! Devem ser verificados quais foram os critérios que a empresa utilizou para fazer a cobertura da repavimentação, que tipo de material ela utilizou, pois que está totalmente degradado. Se não fizerem uns drenos de superfície, como estão fazendo na frente, agora, com certeza absoluta todo aquele trecho da BR-282 vai ser dinheiro público, das pessoas, colocado no ralo, como se diz na gíria.

Então, eu me somo à sua preocupação e à preocupação dos demais deputados.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Feitos os esclarecimentos, quero ratificar que se a medida foi tomada, que ela seja transformada em ação rapidamente, porque as pessoas que transitam pela BR-282 estão correndo risco iminente de acidente e também de perder a sua vida, como aconteceu recentemente com alguém que passava por aquele trecho.

Eu também quero dizer aos nobres deputados que ontem escutei pela *Voz do Brasil*, a nossa famosa *Voz do Brasil*, o acompanhamento por parte do Tribunal de Contas da União. Com a aprovação dos editais, o termo utilizado pela *Voz do Brasil* era exatamente o da privatização das estradas. Esse foi o termo utilizado pela *Voz do Brasil*, com a aprovação dos editais dos trechos de rodovias federais que seriam pedagiados, inclusive em Santa Catarina.

Sobre esse tema quero fazer uma colocação muito clara. Somos absolutamente contrários à instalação dos pedágios, desde que eles não tragam consigo a redução de alguma alíquota de imposto que hoje é destinado às rodovias. E a Cide é uma delas. A Cide foi criada exatamente para fazer a recuperação das rodovias. E quanto ao fato de se colocar pedágios agora, que é uma medida, do ponto de vista conceitual, correta e eficiente, como já existe em outros países, não há nenhuma contestação. Agora, é inegável que é mais um imposto que se aplica à população brasileira.

O pedágio nada mais é que um imposto de uma forma travestida. Se ele vier junto com redução de carga tributária, se na reforma tributária que está no Congresso também tiver redução de uma alíquota que pressupõe a sua substituição pelo pedágio, aí a conversa é outra. Agora, apenas pedagiar as estradas, cobrar um imposto do cidadão que a utiliza, é bitributar, ou seja, é cobrar o imposto na Cide e depois cobrá-lo novamente no pedágio. O nome é outro, mas o bolso é o mesmo que sai o recurso e que faz com que tenhamos no Brasil a maior carga tributária do mundo. Agora, é a segunda, mas ainda é a segunda maior carga tributária do mundo, e nós, a cada ano, criamos uma modalidade para aumentar a receita.

Ainda na Assembléia Legislativa tramita um projeto de autoria do deputado Elizeu Mattos - e entendo o motivo e a causa a que ele se propôs -, que trata, para mim, sobre a reinvenção dos pardais. Na minha concepção, é outro imposto travestido de multa por excesso de velocidade.

Então, quando se fala em reforma tributária, na questão tributária como um todo, há que se ter claro que tudo que se cobra do cidadão sobre qualquer forma de modalidade é um imposto que se impõe à sociedade. E de impostos já estamos cheios, pois temos demais.

Essa é a nossa posição, é a posição do nosso partido, a qual queremos deixar muito clara à sociedade brasileira e catarinense.

Somos contra os pedágios, até que não venha claramente a informação de que o pedágio vai ser cobrado e em contrapartida algum imposto vai ser diminuído.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar, na tarde de hoje, o Parlamento catarinense, nós, do extremo sul de Santa Catarina, estamos vivendo também um momento muito difícil, porque conquistamos aquilo que era importante, que era fundamental, que é a duplicação da BR-101. A BR-101 era a luta de todos nós.

Conquistada a BR-101, que está em andamento, em obras, v.exas. podem ter idéia da situação que estamos vivendo. Do lado norte, como falou o eminente deputado Kennedy Nunes, é a questão da ponte do rio Itajaí-Açu. E do lado sul é a questão da duplicação, eis que a cada momento há paralisação, mudança, porque tem que se explodir rocha. Então, vivemos esse momento de muita dificuldade. Mas acredito que são nesses momentos de dificuldades que temos que construir o bom caminho, porque para poder construir e buscar aquilo que é um sonho de toda a sociedade evidentemente que precisamos passar por algumas dificuldades, sejam lá na ponte, sejam lá na duplicação. Por quê? Por que estamos melhorando para buscar aquilo que é fundamental. E tenho certeza de que é dentro dessa linha que temos de lutar. Quer dizer, se estivéssemos de braços cruzados, seria pior, pois as coisas estão acontecendo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concedeu um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, parabenizo v.exa. pelo seu pronunciamento!

V.Exa. tem-se pronunciado sempre nesta Casa com coerência, inteligência e em defesa da nossa comunidade. Só não consegui entender por que o governo federal está fazendo essa obra na ponte do rio Itajaí-Açu, gastando recursos da União, sendo que estamos na iminência de passar a concessão para a empresa espanhola que vai cobrar o pedágio na BR-101. Quer dizer, além de duplicarmos a BR, agora estamos gastando um pouco mais de recursos do nosso bolso, do contribuinte, para entregar essa rodovia e essa obra na ponte para a empresa concessionária. Isso foi o que não entendi. Quem sabe devêssemos ter dado essa atribuição à nova empresa que vai explorar o pedágio na BR-101.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentá-lo e com certeza o eminente deputado Pedro Uczai vai nos explicar depois isso.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu vou falar mais um pouco, depois concederei um aparte a v.exa., deputado Pedro Uczai.

Eu queria aqui trazer uma matéria que entendo que é importante. Vou falar sobre o líder da bancada do PT, e eu espero que ele não saia, para poder ouvir o que vou colocar.

Na semana passada e na retrasada, ouvi um discurso do eminente deputado, que é de sua característica, um discurso arrojado, aguerrido, em defesa dos professores, da Educação de Santa Catarina, que estão em greve. Mas uma nota que foi publicada no *Diário Catarinense* de domingo, dia 16 de março, chamou a minha atenção.

(Passa a ler.)

"A pedido da associação dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina

Na luta contra a injustiça

A associação de professores da Universidade Federal de Santa Catarina comunica à comunidade catarinense que o Governo Federal cortou, arbitrariamente, 26.5% do salário de aproximadamente 1.900 professores da universidade, parcela recebida já há 18 anos.

O corte coloca em risco não só a família destes docentes, como também afeta diretamente a qualidade de formação dos alunos e do atendimento à comunidade.

Estamos trabalhando para reverter esta situação e contamos com o apoio de todos.

Associação dos Professores da UFSC" [sic]

Uma coisa é lutar para buscar aquilo que é de direito; outra coisa é cortar do seu orçamento aquilo que já recebem. É muito diferente.

Então, quero dizer ao eminente deputado que o seu discurso foi muito arrojado, mas precisa dar uma olhadinha dentro de casa. Espero que v.exa. também venha aqui fazer um pronunciamento em defesa, evidentemente, dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, porque eles não estão pedindo aumento, estão pedindo para rever, depois de 18 anos recebendo, esse corte de 26.5%.

Eu sei que é uma luta difícil, que é uma luta de todos, mas precisamos fazer isso. E essa nota do *Diário Catarinense* chamou muito a minha atenção pelo fato de terem tirado, depois de 18 anos, 26.5% do salário dos professores das universidades federais. E acho que não é só em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Com relação às rodovias, tema que foi abordado hoje à tarde, o engenheiro João José, do DNIT, irá conceder uma entrevista coletiva, às 16h, na Federação dos Transportes, aqui no Estreito, na Fetransesc, para falar sobre os feriados, sobre a BR-101, sobre a obra e dará esclarecimento público sobre as obras de infra-estrutura no estado, principalmente sobre a BR-101 e a ponte de Navegantes.

Em segundo lugar, com relação aos professores, quero dizer que a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores é solidária com os professores da universidade federal e já nos manifestamos aqui em várias oportunidades. O segundo ponto é que a República é composta por três Poderes, e quem decidiu cortar os salários dos professores da universidade federal não foi o Executivo federal, ele apenas cumpriu uma decisão judicial.

Então, é necessário haver honestidade entre nós, porque a questão não é que lá apoiamos e aqui criticamos. Nesse caso há uma decisão judicial que o governo está cumprindo, porque não está encontrando outro caminho. Se encontrarmos ou se v.exa. conhecer algum caminho, assino junto, para repor esse salário dos professores da universidade federal. O governo federal quer encontrar um caminho. Se v.exa. tiver esse caminho, eu apóio, para resolver a decisão judicial que lamentavelmente tirou o salário dos professores da universidade federal.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu só levanto essa questão porque isso vai prejudicar orçamento de todas as famílias.

Os minutos restantes do horário do partido serão utilizados pelo eminente deputado Moacir Sopelsa, mas gostaria dizer que eu ainda teria muitos argumentos para o meu pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) Com a palavra, nos minutos restantes destinados ao PMDB, o Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Manoel Mota, quero agradecer, e dizer que esqueci de comunicar que eu havia negociado e trocado esses minutos do horário do partido com o deputado Renato Hinnig. Quero agradecer por me conceder o restante do espaço do PMDB.

Sra. presidente e srs. deputados, eu quero, em primeiro lugar, fazer uso das suas palavras, deputado Gelson Merísio, com referência aos consertos, às reformas e aos reparos que estão sendo feitos nas rodovias, e isso vale não só para as rodovias federais, mas também para as estaduais e municipais.

Eu fico indignado quando vejo os trabalhos que são feitos, e não é culpa dos governantes, a culpa é dos representantes do governo que têm a responsabilidade de fiscalizar as obras que são feitas com os recursos públicos. Fico indignado quando vejo um caminhão na frente com dois funcionários jogando asfalto nos buracos, e nós, quando passamos, somos o rolo para fazer a compactação. Isso é dinheiro público jogado fora.

Não é possível que não exista, por parte da engenharia, por parte das pessoas responsáveis, uma fiscalização, que seja feito um trabalho realmente duradouro e que os recursos sejam gastos com responsabilidade. E repito: não digo isso só para as rodovias federais, isso serve para as estaduais e para as municipais também. Quem gasta recurso público tem que ter a responsabilidade de gastá-lo com dignidade e com transparência.

Mas venho também falar que nesse final de semana, na sexta-feira, deputado Herneus de Nadal, v.exa. que toda vez que vai ao extremo oeste passa pela nossa querida cidade de Catanduvas, que participamos do aniversário daquele município e da Festa do Chimarrão. E sei que os deputados Pedro Uczai e Flávio Ragagnin, assim como eu, também apreciam um bom chimarrão. Tenho no meu gabinete a minha cuia e tomo o meu chimarrão todos os dias.

A Festa do Chimarrão em Catanduvas foi um evento do nosso prefeito Diomar Begnini, que é do meu partido, e do nosso vice-prefeito, Divo Guerra. Em Catanduvas a erva-mate é uma das economias base, deputado Flávio Ragagnin, assim como é a suinocultura e a avicultura em outros municípios. Tanto que foi aprovado por esta Casa um projeto de lei concedendo a Catanduvas o título de capital da erva-mate, capital do chimarrão. A erva-mate, além de ser um produto que reforça, que mobiliza a economia daquele município, é também uma forma de fazer amigos, através do chimarrão.

Por isso, quero registrar desta tribuna a alegria que tive ao participar daquele evento junto com o deputado Jorginho Mello e com o secretário Regional de Joaçaba, que estava representando o governador Luiz Henrique. O prefeito de Catanduvas teve a oportunidade, em parceria que construiu com empresários, de realizar um evento de porte, como a Festa do Chimarrão, com os portões abertos e com a participação de todas as pessoas, inclusive, daqueles que têm mais dificuldades.

Também quero registrar aqui, e tive a felicidade de ouvir há pouco o pronunciamento de s.exa., que o deputado Dirceu Dresch representou a comissão da Agricultura, nesta manhã, na secretaria da Agricultura, no seminário do Pronaf.

O Pronaf é um benefício. Embora ainda defendamos a necessidade de ele ser mais flexibilizado, deputado Pedro Baldissera, v.exa. que é uma liderança do meio rural do oeste de Santa Catarina. E temos que reconhecer que está construindo a possibilidade de desenvolver cada vez mais a nossa pequena agricultura, a agricultura familiar, pois para muitos agricultores que não tinham acesso a esse tipo de financiamento são, nos últimos anos - e aqui vou fazer justiça -, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e melhorou muito no governo Lula, oferecidos recursos, para aumentar a produção do nosso estado.

Quando vemos as previsões da Epagri, do Instituto Cepa, hoje vinculado à Epagri, vemos Santa Catarina melhorando e aumentando cada vez mais a sua produção, especialmente a de cereais, ficamos satisfeito. E espero que se possa construir, em parceria com o governo do estado, que também procura destinar recursos para a agricultura, algumas questões que ainda estão pendentes, como o seguro agrícola para Santa Catarina, que precisa de uma vez por todas sair do papel, com a participação dos produtores e com a participação do governo do estado, o que dará segurança ao nosso agricultor.

Agora vemos a questão do leite, quando muitos financiamentos foram feitos através da secretaria da Agricultura e do Pronaf, através dos quais conseguimos fazer do estado de Santa Catarina o quinto produtor de leite deste país, possibilitando uma renda mensal ao nosso produtor. Estamos agora, deputado Flávio Ragagnin, passando por um momento bom, uma vez que o leite está tendo o seu preço justo, dando ao nosso produtor uma renda melhor.

Por isso, fico feliz e tenho certeza de que se a agricultura deste país for valorizada como merece, ela será cada vez mais a alavanca de desenvolvimento do Brasil e, por que não, do nosso estado, um estado pequeno que tem uma grande produção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Gostaria de registrar a presença em plenário do Grupo de Idosos Bom Jesus do Oeste, do município de Bom Jesus do Oeste, que está visitando a capital do estado de Santa Catarina e também o Parlamento catarinense, tendo como responsável o sr. Belmiro Thomasoni.

Seja muito bem-vindo!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, gostaria neste instante de registrar a presença do vice-prefeito da cidade de Águas Mornas, o nosso amigo companheiro José Nazir Lofi, que se faz acompanhar do vereador Jorge Fernando Salm, que também é presidente do PSDB naquela cidade.

Águas Mornas, sra. presidente, destaca-se pela produção agrícola e também por ser uma cidade turística, posto que lá existe uma das reservas de floresta da Mata Atlântica mais importantes do sul do país.

Então, os nossos cumprimentos a Águas Mornas, sobretudo ao vice-prefeito José Nazir Lofi e ao vereador Jorge Fernando Salm.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada e sejam todos bem-vindos a Florianópolis e a esta Casa Legislativa.

Também gostaria de comunicar aos srs. deputados e ao público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital que o presidente Lula estará na capital do estado de Santa Catarina, em Florianópolis, na próxima quinta-feira, dia 20 de março, às 14h, para o lançamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, que é a reurbanização do Maciço do Morro da Cruz. É então muito bem-vindo, mais uma vez, o presidente da República à capital do nosso estado, trazendo as obras que a nossa população tanto necessita.

Gostaria também de agradecer a presença do ex-deputado Dionei Walter da Silva, que nos visita neste momento. Seja muito bem-vindo!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Jose Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. deputada Ana Paula Lima, que neste momento preside os trabalhos desta sessão, sras. deputadas e srs. deputados, catarinenses, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero falar do meu município, São José, que completará amanhã 258 anos de emancipação político-administrativa.

Com muito orgulho estou nesta Casa a representá-los, na totalidade dos votos que recebi dos eleitores daquela cidade, onde, desde o dia 12 de março, com uma programação, até o dia 06 de abril, diversos eventos deverão acontecer, em diversas áreas.

Então, com muito orgulho, quero fazer esse registro aqui e dizer que São José é uma das cidades de Santa Catarina que se encontra no contexto das grandes cidades brasileiras e que tem despontado em diversas áreas, apesar de estar vivendo um momento político muito triste, no meu entendimento.

Quero dizer a todos os catarinenses e a todos os deputados, especialmente ao povo de São José, que o governador Luiz Henrique da Silveira, na manhã de hoje, completou, desde 2003, quando assumiu o governo do estado, a sua 30ª viagem, ou passagem oficial, ao município de São José. E todas as visitas oficiais do governador Luiz Henrique da Silveira ao município de São José foram para implementar ações de governo.

Por isso é que eu, e com certeza absoluta a maioria dos josefenses, somos gratos ao governador Luiz Henrique da Silveira. E hoje pela manhã, mais especificamente com os secretários Paulo Bauer e Onofre Santo Agostini, também deputado, e com os ex-prefeitos e deputados Professor Grando e Edison Andrino, assim como com outros secretários de estado, o governador foi ao município assinar um convênio, no valor de R$ 3 milhões, para o prefeito Fernando Melquíades Elias dar continuidade às obras do Colégio de Aplicação, em São José, que era um sonho, que era uma proposta de governo daquele prefeito, e por questões financeiras aquela obra está paralisada por quase um ano.

Com certeza absoluta, senhores catarinenses e josefenses, com o aporte do governador Luiz Henrique da Silveira, através do secretário Paulo Bauer, que foi quem assinou o convênio na manhã de hoje, em São José, o prefeito Fernando Melquiades Elias, se não deixar o Colégio de Aplicação totalmente pronto no seu mandato de governo, deixará, com certeza, mais de 90% daquela obra concluída, faltando apenas os acabamentos finais, como se diz. Então, em nome dos josefenses, quero agradecer ao governador Luiz Henrique da Silveira e à sua equipe de governo.

E no mesmo ato o governo do estado, através do secretário Onofre Santo Agostini, foi assinado um protocolo de intenções com o município de São José, governo do estado e parcerias privadas, para a implantação do porto turístico naquele município, na área da Serraria. Naquela área foram feitos todos os estudos necessários, e comprovadamente chegou-se à conclusão de que tem o calado mínimo de 12 metros, para que possam atracar ou aportar navios transatlânticos e de outros portes.

Aquela área, com certeza absoluta, nesta parceria do governo do estado com o município de São José e a iniciativa privada, irá tornar-se uma área turística e gastronômica, e com a implantação de marinas e hotéis São José estará no patamar das grandes cidades de Santa Catarina.

O governador Luiz Henrique da Silveira visitou também, hoje de manhã, a igreja matriz de São José, onde foi recebido pelo arcebispo metropolitano, pelo padre Tarcísio e por todas as pessoas envolvidas com as igrejas, especificamente, no caso, a igreja católica, nossa matriz do centro histórico de São José, de onde sou oriundo, apesar de ter sido criado na divisa de Florianópolis/São José. A igreja precisa de uma reforma urgente, porque o seu desgaste é muito grande, está chovendo muito dentro, comprometendo toda a sua estrutura. Inclusive, saí muito feliz de lá, porque o governador Luiz Henrique da Silveira disse ao padre Tarcísio e ao arcebispo metropolitano que não medirá esforços, numa parceria do governo do estado, para que possamos começar a restauração da igreja matriz de São José.

Então, desta tribuna saúdo todos os josefenses por 258 anos de emancipação política de seu município, quando serão realizadas diversas festividades, começando hoje à noite, com um *show* nacional de Zezé Di Camargo & Luciano e muitas outras atrações.

Quero me congratular, pedindo a São José, nosso padroeiro, proteção e que ele ilumine todos nós e abençoe-nos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, minha saudação ao colega de partido, sempre deputado, Dionei Walter da Silva, que nos visita no Parlamento na tarde de hoje.

Eu gostaria de aproveitar o espaço do Partido dos Trabalhadores, inicialmente, para registrar e reforçar a vinda do presidente Lula, nesta quinta-feira, na capital do estado, Florianópolis, dia 20, às 14 horas, para o lançamento das obras do PAC que tratam da reurbanização voltada ao saneamento básico e pavimentação do Maciço do Morro da Cruz.

Portanto, são recursos que entram no estado de Santa Catarina exatamente à luz do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, esse programa estratégico e importante para o nosso país que o governo do presidente Lula, do PT, lançou e que, nesses quatro anos, atenderá a várias obras - obras referentes a rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energias, hidroelétricas - e propiciará recursos para a habitação e para o saneamento básico. Enfim, é um programa que atende a diferentes necessidades deste nosso país, no sentido de dar condição para o crescimento de vários setores, proporcionando a geração de renda, movimentando a economia de diferentes regiões, gerando empregos e, portanto, qualidade de vida a esse nosso povo.

Nesse sentido, faço questão de trazer presente aquilo que se tem tornado notícia nos principais veículos de comunicação no estado de Santa Catarina no dia de hoje e que diz respeito também a recursos do PAC, à duplicação da BR-280, prevista até 2010, com o início das obras já no ano de 2009. O processo estará sendo encaminhado para licitação a partir do mês de agosto, sendo que a rodovia ligará o pólo industrial de Jaraguá do Sul à área portuária em São Francisco do Sul, uma antiga reivindicação da população daqueles municípios e daquela região toda.

Portanto, quero aqui elogiar o trabalho importante que o superintendente do DNIT, João José dos Santos, vem encabeçando neste nosso estado de Santa Catarina. E devo lembrar aqui a importância desses investimentos em outras rodovias federais no estado. Nós temos aqui a duplicação da BR-101, obra que vem sendo trabalhada intensivamente no sentido de dar melhores condições de tráfico e de transporte, através dessa importante rodovia e, ao mesmo tempo, também segurança para quem transita por ela.

Não poderia deixar de mencionar aqui os importantes investimentos que estão sendo feitos na BR-282. Só no trecho de Alfredo Wagner, vários quilômetros estão sendo revestidos. Pela primeira vez, basicamente, na história da BR-282, que tem quase 40 anos, ela recebe investimentos tão significativos e importantes como estão sendo feitos agora, nesse trecho perto de Alfredo Wagner.

Além disso, não posso esquecer aqui de mencionar os R$ 160 milhões que o governo do presidente Lula, do PT, está investindo no trecho que liga São José do Cerrito até Campos Novos, no entroncamento com a rodovia BR-470, além dos mais de 40 quilômetros que ligam São Miguel d'Oeste à divisa com a Argentina.

Portanto, são, sim, recursos do governo federal, do nosso presidente Lula, que está investindo no sentido de melhorar as condições dessas rodovias. E é preciso aqui reconhecer, tanto nós, do governo, como a nossa Oposição, esses importantes investimentos jamais vistos na história de Santa Catarina. E quero aqui até fazer um questionamento: o que se fazia com os recursos ao longo desses anos todos? Em que eram investidos os recursos? Porque o DNIT existe há vários anos, desde a época de Fernando Henrique Cardoso. E eu pergunto: em que estavam sendo investidos os recursos que hoje estão sendo investidos no melhoramento das rodovias federais? É preciso que se questione isso, porque pela primeira vez nós vemos investimentos e muita seriedade nesse trabalho importante para o estado de Santa Catarina e, principalmente, nessas importantes rodovias que interligam estados e até mesmo o Brasil a outros países.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Com a desistência do representante do PTB, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, companheiro Dagomar Carneiro, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero retornar ao assunto do superfaturamento da manutenção das viaturas da Polícia Militar, conforme foi noticiado no *Diário Catarinense* de hoje, pág. 32. E inclusive a RBS TV já apresentou uma longa e detalhada matéria no dia de ontem, que nos dá conta de que a Polícia Militar pagou R$ 302,00 pelo conserto de uma motocicleta, sendo que numa outra oficina o serviço sairia por R$ 174,00, e numa terceira ainda sairia por R$ 156,00, praticamente a metade do preço.

Outro detalhe dessa matéria, e que também é muito grave, é que a mesma oficina que apresentou o orçamento de R$ 302,00 já apresentou os outros dois orçamentos de duas outras oficinas num preço maior ainda. Ou seja, o cidadão deve saber que todo serviço que é feito por uma instituição pública precisa ter três levantamentos de preços em três empresas diferentes, no mínimo. Isso é o que determina a lei. O administrador vai lá, faz o levantamento e contrata o serviço daquela empresa que apresenta o menor custo.

Então, o servidor vai pessoalmente a três oficinas e pede o orçamento - ou por fax ou carta comercial. Mas nesse caso aconteceu diferente: o policial foi lá pegar o orçamento de uma oficina e o gerente já entregou os outros dois orçamentos. E o que é mais interessante é que quando se foi verificar nas outras citadas oficinas qual era o preço, era menor. Numa oficina, sairia por um terço do valor, e a outra sequer presta esse serviço, ela vende a peça, mas não executa o serviço.

Na matéria ficou claro também que quando o cidadão comum, no caso o jornalista, foi lá para encomendar o serviço, os preços saíram bem abaixo, e a própria empresa, a Motocar, nem cobra o serviço, só a peça, quando o cidadão precisar fazer o serviço. Isso está demonstrando, mais ou menos, que existe um esquema de superfaturar os serviços para a manutenção das viaturas, pelo menos nessa região depois da ponte.

Foram ouvidas as autoridades, e a posição é aquela de sempre: vamos fazer um IPM para investigar a situação. Eu, particularmente, tenho uma pergunta: esse IPM é para investigar de fato o esquema de corrupção, ou ele, o IPM, vai procurar quem denunciou? Porque, deputados Moacir Sopelsa, Manoel Mota e Herneus de Nadal, com a experiência de 22 anos de caserna, cinco anos presidente da Aprasc - está aqui o presidente e outros representantes da entidade -, eu já fiz denúncias de irregularidades comprováveis e comprovadas. E em vez de ser apurado o fato da denúncia, foi feito um inquérito contra quem denunciou, e eu virei réu. Aliás, alguns dos meus processos que ainda andam circulando, que iniciaram todos na auditoria militar, têm essa origem: fazer denúncias de situações de irregularidades ou de possíveis irregularidades dentro da instituição.

Então, é nesse sentido que falamos da necessidade de mudanças para que as instituições Polícia Militar e Corpo de Bombeiros possam ser efetivamente instituições republicanas, que as pessoas possam se manifestar e que se trate as questões lá dentro como coisa pública que são. Efetivamente, precisamos acompanhar esse e outros processos de investigação para ver se não vai ser feita uma caça às bruxas, pegando aqueles policiais que denunciaram e mantendo o esquema mais ou menos do jeito que está.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) -

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s: 0441/2007, de autoria do deputado Professor Grando, 0568/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, 0594/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, 0667/2007 e 0669/2007, de autoria do deputado Edson Piriquito.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0451/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que autoriza o estado a destinar estruturas físicas e a incentivar parcerias com entidades privadas para a efetivação da atividade laboral por parte dos sentenciados do sistema prisional de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0652/2007, de autoria do deputado Genésio Goulart, que proíbe o uso de capacetes, ou qualquer outro objeto que dificulte a identificação, em estabelecimentos comerciais e públicos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0068/2008, de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça e outro(s), e 0069/2008, de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita apreciação pelo Plenário do Parecer da CCJ ao Projeto de Lei n. 0031/2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Campo Alegre, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Campo Alegre e de Gaspar, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Caçador, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos municipais de Anchieta e de Jardinópolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Gostaria, com a anuência do autor do requerimento, também de subscrever a matéria, parabenizando principalmente os municípios de Anchieta e Jardinópolis.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a aquiescência do deputado Herneus de Nadal, o requerimento será subscrito também pelo deputado Pedro Uczai.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Sociedade Esportiva 1º de Janeiro, de Blumenau, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Campo Alegre, cumprimentando-o pela 10ª Festa Estadual da Ovelha.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, cumprimentando-o pelo aniversário da fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Marco Aurélio Zaror Cordeiro, cumprimentando-o pela conquista do vice-campeonato mundial de xadrez.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São José, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, requerendo apreciação pelo Plenário do parecer da CCJ ao Projeto de Lei n. 0441/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica a diversos municípios, cumprimentando-os pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Itamar Benedet, parabenizando-o pela candidatura ao Senado italiano e pela moderna campanha realizada através da internet.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Irineópolis, parabenizando-o pela instalação da Unidade de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos. A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente da Cooperativa de Crédito Rural com Intenção Solidária, parabenizando-o pela passagem do 10º aniversário da referida cooperativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente de Suporte e Planejamento Comercial da Brasil Telecom, solicitando a ampliação da rede de telefonia fixa na localidade de Lagos, no município de Rodeio.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Saúde, solicitando medidas para tornar obrigatória a exibição de publicidade contra o abuso de álcool no trânsito em salas de cinema e casas de espetáculos que possuam telões.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente da Brasil Telecom, solicitando a instalação de telefone público na rua Maria Alverina da Silva, bairro Ipiranga, município de São José.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Viamax TV, solicitando o cumprimento da determinação contida na Lei Federal n. 8.9777/1995.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do sr. deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro das Comunicações e ao presidente da Brasil Telecom, solicitando investimentos na área de telefonia fixa no município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao presidente da SC Parcerias, solicitando informações sobre os candidatos aprovados e classificados no concurso público realizado em dezembro de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Bancada do PP, a ser enviado ao secretário de estado do Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações referentes ao convênio firmado com a prefeitura municipal de Salete.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Bancada do PP, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações referentes à Deliberação n. 0056/2008, teor do Contrato n. 42435 e razões da contratação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consultamos os srs. líderes se concordam que votemos duas mensagens de veto do governo do estado, *ex officio*.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Havendo aprovação, passaremos à votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero requerer verbalmente a v.exa. que a votação da Mensagem n. 0568/2008, referente ao Projeto de Lei n. 0575/2007, seja transferida para outra sessão, uma vez que estando extrapauta estamos com poucas possibilidades de debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência defere o seu pedido.

Fica, então, retirada da pauta a mensagem referida pelo deputado.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Seria interessante v.exa. nos mostrar quais são os vetos que vamos deliberar nesta pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com certeza.

Discussão e votação da Mensagem n. 00451/2007, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0190/2007, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a proibição de restrição às pessoas eventualmente inscritas nos cadastros do sistema de restrição ao crédito por empresas, quando em processo de seleção para admissão no mercado de trabalho.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só quero saber o que v.exa. está colocando em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - É o veto, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - V.Exa. está colocando o meu projeto em votação? O governador não gostou dele? Vetou? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - É isso, o governador vetou...

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aí veio para nós conversarmos aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Para derrubar o veto também!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero fazer um pedido a cada um dos srs. deputados, no sentido de que tenham consideração não comigo, porque não estou com o meu nome no antigo Seproc, que hoje é o Serasa e outros órgãos. Eu não tenho esse problema, mas conheço muita gente que tem. E o que estou querendo é que essas pessoas mesmo com o nome no Serasa, ou onde quer que seja, possam ter o direito de fazer um concurso, de fazer um teste numa empresa, especialmente um concurso, porque, veja bem, sr. presidente, se eles estão com o nome sujo é porque não tinham condições de pagar suas dívidas e estão numa situação de extrema dificuldade. Por isso, estão com o nome sujo. E se fecharmos as portas para essas pessoas fazerem um concurso para obterem um emprego, para aí, sim, tentarem pagar as suas contas, então não estaremos dando oportunidade para a sua recuperação.

A nossa intenção não é outra senão essa, ou seja, dar oportunidade às pessoas que têm restrição de crédito entrar no mercado de trabalho e, através desse mecanismo, pagar as suas dívidas. É uma coisa simples e óbvia. E confesso que estou impressionado desse projeto ter sido vetado. Não consegui captar a mensagem! Mas de qualquer maneira peço aos srs. deputados que considerem o cidadão que está na ponta da linha, que não tem quase para onde apelar, para que possa ter a oportunidade de adentrar no mercado de trabalho mesmo que o seu nome tenha restrições.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) -Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Antes de entrar no mérito dos vetos, sr. presidente, gostaria de fazer uma sugestão de encaminhamento a v.exa, uma vez que hoje estamos com um quórum baixo e que amanhã teremos outra sessão, no sentido de que retirássemos os vetos da pauta da Ordem do Dia de hoje para que fossem reincluídos na pauta de amanhã, para que pudesse haver um entendimento prévio, uma vez que não constam da pauta original e estão sendo votados extrapauta. Dessa forma, não votaríamos hoje, mas, sim, amanhã, não apenas este, mas os três vetos que foram deliberados hoje na comissão de Constituição e Justiça. Enfim, que possamos fazer essa votação amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Consulto o autor do projeto se concorda com a retirada.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, a grosso modo, olhando daqui, estou vendo que há deputados suficiente para votar. Não contei, mas tenho certeza de que temos mais de 25 srs. deputados aqui. Sinceramente, sr. presidente, acredito que não deixarão de derrubar esse veto. Eu acho que hoje vamos derrubar o veto, só se estiver muito enganado. Vou pagar para ver! Não é possível ser diferente, porque é um projeto que vem ao encontro aos anseios de pessoas que realmente precisam entrar no mercado de trabalho. E não vejo aqui um deputado sequer que não tenha recebido o apoio, o voto de pessoas que precisem entrar no mercado de trabalho. Por isso, não acredito que esse veto vá prosperar nesta Casa.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) -Com a palavra, pela ordem, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e sr. deputado Nilson Gonçalves, temos que esclarecer as razões do veto. V.Exa. está coberto de razão quando faz veementemente a defesa de que pessoas não podem ser discriminadas por ocasião da contratação.

Veja que a Lei Federal n. 9.029, de 1995, no seu art. 1º assim dispõe:

(Passa a ler.)

"Art. 1 - Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor, previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal."

Como se vê, a matéria contida no autógrafo atende aos requisitos, e, além do mais, compete à União legislar sobre direito civil, comercial, penal e do trabalho. Então, por isso mesmo, por já existir uma legislação pertinente, é que se opôs o veto. Nada é contra a sua manifestação. V.Exa. está coberto de razão. Mas é unicamente por conta da legislação federal já existente.

Quero fazer esse esclarecimento e dizer que v.exa. tem razão em, com veemência, fazer a defesa aqui do seu projeto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) -Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só gostaria de perguntar ao deputado Herneus de Nadal se há uma predisposição, então, de votar pelo veto do sr. governador. Só para ter uma posição. A bancada está com essa disposição?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Já há uma manifestação da lei federal. Por isso o veto. E esse deputado de forma clara e transparente vai votar pela manutenção do veto, porque já há uma lei disciplinando a matéria.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, fazendo uma continha rápida aqui, eu penso que é melhor deixar esse veto para ser votado amanhã, ou seja, é melhor eu contar com mais deputados em plenário no dia de amanhã.

Eu peço a retirada do meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Sr. deputado, como foi pedido para manter, agora consultamos os líderes das bancadas se podemos retirar a discussão e votação do veto.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, independentementede ser adiada a votação para o dia de amanhã, evidentemente com a permissão do autor do projeto, a nossa bancada concorda. Mas, de antemão, entendemos que esse projeto tem um grande alcance social e, portanto, a nossa bancada deve manifestar-se pela derrubada do veto.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Havendo concordância dos líderes, está retirada da pauta da Ordem do Dia a discussão e votação do veto.

Não há mais matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado José Natal por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, preciso, com certeza absoluta, justificar a v.exas. e aos catarinenses a minha ausência nas sessões do dia 13 e 14 da semana passada, pois viajei para São Paulo, onde estive na Assembléia Legislativa, a convite da deputada Célia Leão, que é coordenadora, naquela Assembléia, do Conade, Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.

A deputada é uma das coordenadoras, inclusive é deficiente física, uma mulher com ampla visão, com uma bagagem muito grande na área. E com certeza absoluta, se o governo federal a escutasse, também a sua equipe de trabalho e de estudos, com os demais parlamentares e a sociedade como um todo, seria uma grande contribuição para solucionar vários problemas de locomoção, de transporte, de geração de emprego, de acessibilidade a todos os portadores de deficiência deste país.

Srs. deputados, tive a grata satisfação, por dois dias e meio, de estar reunido com a deputada e com os demais membros da Câmara Federal, ela e eu como deputados estaduais, e com outros representantes deste país. E a maior solicitação, srs. deputados e srs. catarinenses, é a questão da empregabilidade para as pessoas portadoras de deficiência. É um tema que aflige os mais necessitados nessa área, pois são muitas pessoas e empresas que têm a intenção de ajudar, mas que encontram dificuldades.

Então, nesse resumo geral desses três dias praticamente de trabalho em São Paulo, foi deliberado que as bancadas estaduais, as Câmaras de Vereadores e a sociedade organizada fizessem um trabalho, em nível de governo federal, para criar nos estados, efetivamente, a secretaria para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais ou Deficiência Física. Assim, as pessoas da área, com conhecimento, teriam capacidade de ajudar aqueles que diariamente encontram dificuldades nas suas vidas em todos os níveis.

Então, em cima desse tema é que quero justificar a minha ausência na sessão do dia 13 e do dia 14 de março nesta Casa. Enfim, temos um número muito grande de pessoas, neste país, extraclasse política, que têm colocado o seu tempo disponível na implementação de ações para ajudar em todas as áreas, mais especificamente em relação às pessoas portadoras de deficiência física e com necessidades especiais. A eles o meu agradecimento pelo aprendizado que tive lá, juntamente com a deputada Célia Leão, que é portadora de deficiência física.

Por outro lado, srs. deputados, srs. catarinenses, quero falar de um projeto sobre o qual conversei com o secretário de estado da Educação, Paulo Bauer. O estado de Santa Catarina, na semana passada, novamente, numa parceria que não é só do governo de Luiz Henrique da Silveira, de Leonel Pavan, dos demais membros do colegiado, mas também com o governo federal, implantou o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, e a solenidade de premiação está prevista para o final do ano, em Brasília.

Na 9ª edição, o Prêmio de Referência em Gestão Escolar é uma iniciativa do Conselho Nacional de Secretarias de Estado da Educação, com a parceira da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e da Organização das Nações Unidas, Unesco e também com o patrocínio da Fundação Roberto Marinho. E Santa Catarina tem-se destacado todos os anos na sua participação. O governador do estado, o secretário Paulo Bauer, toda sua equipe ligada à Educação, os professores, têm motivado todos a participar.

Quero crer que Santa Catarina no ano que vem ou no final do ano, quando será realizada em Brasília a premiação, repito, da 9ª edição do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, será e fará diferença.

Então, ao secretário Paulo Bauer e aos demais membros da Educação a certeza de que o governo de Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan é um governo que tem pensado em todas as áreas, em todos os níveis de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, é o deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, tenho reiterado nesta tribuna a importância do transporte marítimo para a capital de todos os catarinenses. Inclusive, tivemos uma experiência de 89 dias, quando fomos prefeito, e começamos a criação da cooperativa de barcos, que existe até hoje, como sistema de transporte marítimo, na Lagoa - a cooperativa da costa da Lagoa até a sede da nossa Lagoa, na vila, e a cooperativa que faz ligação com o parque do Rio Vermelho. Essas cooperativas de transporte marítimo permanecem até hoje.

Tentamos também o transporte do centro da cidade, da Beira-Mar até Canasvieiras e daqui até a Tapera, quando chegaram a ser feitas, durante esses dias, várias viagens, com certa produtividade, com ânimo, para se implantar o transporte marítimo em Florianópolis e na Grande Florianópolis. Mas como a Constituição de 1988 determina que o transporte marítimo deve ser feito pelo órgão estadual, e, no caso, o responsável era o Deter, muito pouco os municípios poderiam fazer, a não ser, através do Ipuf, dar sugestões e alternativas de quais seriam as linhas. Naquela época, chegamos a traçar nos nossos mapas, em relação a Palhoça, em relação a São José, a Biguaçu e a Florianópolis, um ponto de encontro na passarela do samba, onde atravessaríamos a passarela sobre as avenidas e estaríamos no centro da cidade.

Hoje, com licitações internacionais disponíveis, como os *overcrafts*, enfim, navios de grande calado, onde entram carros, e ônibus diretos podem ser transportados, outras linhas alternativas poderão surgir para evitar o grande movimento e o engarrafamento que estamos tendo nas pontes. Seja pela manhã, quando se entra na cidade, ou no final da tarde, quando se sai da nossa cidade, do nosso centro.

Isso tudo é possível. Mas agora se criou a Agência Nacional de Transporte Marítimo. E o governo está analisando o projeto. Inclusive, os prefeitos estão interessados, e hoje, pela manhã, deputado José Natal, fomos testemunha histórica de onde começaram os estudos, a determinação por parte do governo estadual, do governo municipal e da iniciativa privada para se construir um grande terminal turístico de navios de grandes calados em São José, que será chamado de Terminal Turístico de Florianópolis, porque estão juntos na mesma baía.

Falo isso porque é importante termos essa visão chamada de conurbada, para quando formos fazer um sistema de saneamento pensarmos nos municípios que estão sendo banhados por essa baía. Não adianta fazermos só o saneamento em Florianópolis, se não fizermos em São José, como está sendo feito, se não fizermos em Biguaçu, em Tijucas, até Paulo Lopes, passando por Palhoça, que é essa parte costeira do mar, essa parte que temos que realmente dar sustentabilidade devido ao crescimento - da mesma forma quanto à questão do planejamento do transporte da Grande Florianópolis, o transporte rodoviário, inclusive o próprio transporte marítimo, que deve ser planejado de forma comum. O aterro sanitário deve ser planejado também de forma comum. E essa parte foi muito bem feita.

Então, nós nos preocupamos no sentido de que realmente esse terminal de transporte marítimo de grande calado, dentro de três ou quatro anos, possa funcionar bem. Aí sim teremos um novo desenvolvimento em Santa Catarina com essa grande potencialidade, porque, por cultura até, viramos as costas para o mar. É muito comum uma casa açoriana ter os seus fundos para o mar. Ocorreu também, por exemplo, em Assunção, no Paraguai, que tinha toda uma franja costeira, um grande porto e foi abandonado com o tempo. Da mesma forma ocorreu em Montevidéu, que tinha um grande porto que esqueceu de manter o desenvolvimento que tanto o caracterizava. E a mesma coisa ocorreu com Puerto Madero, em Buenos Aires.

Agora, é a retomada desse crescimento por parte marítima dessas capitais do Mercosul. Assim como temos as eurocidades, as mercocidades, num planejamento comum, de visão comum, fazendo uma interligação entre os nossos países pelo sistema rodoviário.

Notem v.exas. que, por exemplo, na questão marítima nós temos muito mais coisas em comum do que diferenças. Portanto, esse planejamento tem que ser de forma comum ao ocupar essas retroáreas, que hoje se fala muito no mundo moderno da navegação.

O governador esteve lá, presente, dando todo o incentivo. E não tenham dúvidas de que o governador Luiz Henrique vai ser um marco histórico para Santa Catarina, como foi Celso Ramos. Quer dizer, ele teve a iniciativa da descentralização, a iniciativa do investimento, da geração de emprego, do planejamento, das autarquias funcionarem, do estado se manifestar, e os índices estão aí comprovando que estamos com uma melhor qualidade de vida, de geração de empregos e procurando o desenvolvimento sustentável.

Eu falo isso porque de repente o Brasil começou a descobrir, mas não todos, que ainda não sensibilizamos as autoridades federais. Mas nós sabemos que está sendo feito agora, entre o Peperiaçu, lá na divisa, lá em Paraíso, o asfalto da BR-282, como está sendo feito esse trecho de Campos Novos, faltando poucos quilômetros, talvez até junho esteja terminado. Mas de Peperiaçu até San Pedro, estado de Misiones, na Argentina, são 42 quilômetros de uma estrada ainda rudimentar, que passa por um parque, que poderia nos ligar com a rota 12 e 14 e daí para Mendonza, para Posadas. Chegaríamos nos Andes e de lá chegaríamos em Valparaíso, que é um grande porto do Pacífico, ou ao porto de Iquique, no Chile, para transportar as nossas mercadorias para o grande mercado da China e do Japão.

Da mesma forma, todo o norte da Argentina, o estado de Misiones e outros, para poderem transportar os seus produtos, têm que descer até Buenos Aires, no porto, quando poderiam fazê-lo por essa rota até Itajaí, para embarcar os seus produtos para a Europa. Os navios economizariam dias de viagens. Com isso no mundo globalizado os nossos produtos iriam baratear muito. E aí o nosso frango poderá concorrer em nível mundial, sim, sendo colocado na China e no Japão com um preço mais barato e com uma melhor qualidade, como tantos outros produtos que temos da agroindústria, pois Santa Catarina é um exemplo para o país.

Então, podemos ter, através da navegação, um desenvolvimento turístico, potencializando-se para outras atividades por via rodoviária, faltando, e essa é a função do Mercosul, fazer esses 42 quilômetros de Peperiaçu até San Pedro, em Misiones. Quem passou por lá conhece o local, inclusive, vários deputados daqui já estiveram lá também. E o dia que isso ocorrer será uma nova alternativa nossa de saída para o Pacífico e para a Argentina uma saída para o Atlântico. Tudo isso sem fazer grandes estragos, estradas ou estragos, como se diz, porque pode ser uma estrada ambiental, com todos os cuidados necessários.

Então, podemos ter túneis para que os animais possam passar, velocidade limitada, podemos ter telas, onde os animais possam passar por via aérea. Aliás, já temos uma estrada projetada de forma ambiental na serra do Faxinal, em Praia Grande. E estivemos com o governador Luiz Henrique da Silveira em Posadas, na Argentina, juntamente com o governador de lá, Carlos Rovira, que foi prefeito de Posadas, onde juntos fundamos as mercocidades. Então, com essa integração do Mercosul, vai sair esse trecho de 42 quilômetros, e Santa Catarina como um todo vai se desenvolver, sem falar ainda que através dela poderá vir o gás do anel que ligará com o nosso litoral.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPTUADO NILSON GONÇALVES - Na verdade, como não pude falar em aparte com o nobre deputado Professor Grando, quero apenas congratular-me com s.exa. no que diz respeito àquilo que ele acabou de falar na tribuna e fazer das palavras dele as minhas palavras, sr. presidente, porque sou também um grande entusiasta desse projeto, dessa idéia. Idéia que o governador do estado abraçou, pois também sonha com isso. Nós temos aqui o corredor bioceânico e, com certeza absoluta, obteremos muitas e muitas vantagens e possibilidades de uma concorrência muito maior com o comércio exterior.

Sr. presidente, quero aproveitar apenas mais um segundinho para comunicar aos srs. deputados e às pessoas que eventualmente estão assistindo à TVAL que estive participando de uma conferência da Copa - Confederação dos Parlamentos da América, no México. Retornei ontem e amanhã assomarei à tribuna para fazer um relatório da minha viagem a trabalho em nome desta Casa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar - e já fiz isso anteriormente, por ocasião do meu pronunciamento - o sr. Alexandre Menegotti, que é também o dono da Colcci, da Sommer, da Carmelitas e da Coca-cola, empresa originária de Jaraguá do Sul, que hoje é a dona da grande marca da Colcci, da Giseli Bündchen, que nesses últimos dias incorporou a Triton e a Fórum a essa pujante indústria da moda de Santa Catarina, com destaque internacional.

Meus parabéns, então, ao sr. Alexandre Menegotti.

Eu também queria cumprimentar Paulo Schaufelberger, presidente do PSDB de Presidente Nereu, que tem acompanhado os nossos trabalhos. Ele, assim como tantos outros presidentes partidários, nessa época tem-se empenhado para organizar o partido no seu município, no caso o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, os parlamentares têm trazido para discussão esta tarde, no plenário desta Casa, o debate da infra-estrutura neste país, da infra-estrutura no estado, os instrumentos de transporte, e eu gostaria também de me manifestar com relação a essa matéria, porque o Plano de Aceleração do Crescimento do presidente Lula, do nosso governo do PT nacional, tem como uma das prioridades o transporte rodoviário, o transporte ferroviário, o transporte hidroviário e também o aéreo. E é nessa infra-estrutura necessária, fundamental e estratégica que vai haver a solidez para um crescimento sustentável, com distribuição de renda no país, não só do ponto de vista de classe social, como também das regiões do país. E temos que incluir as diferentes regiões do país nessa estrutura e infra-estrutura de transporte nacional, como também em Santa Catarina.

O PAC também vai discutir a questão do saneamento, da habitação. E o presidente Lula estará, mais uma vez, nessa próxima quinta-feira, às 14h, na capital do estado, ocasião em que vai dar destaque e visibilidade a um dos projetos de urbanização de uma favela num espaço urbano que hoje é extremamente desumano, desigual e excludente. Eu me permito dizer que este governo está preocupado com a economia, com o crescimento econômico, com 5% do PIB e com a geração de emprego, como também com a favela no Rio de Janeiro, com a favela aqui no morro, em Florianópolis, anunciando, divulgando, dando publicidade dos programas sociais, dos programas de urbanização, da implantação de equipamentos coletivos nos espaços de conturbação urbana e, principalmente, nos espaços e nos bairros de exclusão social ou de marginalização social, espaços esses que têm um alto índice de violência e marginalização.

Paralelo a isso tudo, quando se fala em infra-estrutura, o presidente Lula vai receber um documento que foi fruto da Carta de Chapecó e discutirá a questão das ferrovias, a Ferroeste, ligando Paraná com Santa Catarina, com os portos catarinenses, com os portos paranaenses, com a busca de insumos em Mato Grosso do Sul, como também com a ligação com a Argentina e com o Chile.

Participaram dessa Carta de Chapecó várias entidades, lideranças políticas do Paraná, do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina. E vamos entregá-la ao presidente nesta quinta-feira, para que seja incluída também no PAC essa obra pública, fundamental, estratégica e de integração. Mais do que isso, já anunciei publicamente que quero representar esta Casa, não só a minha bancada, nesta Frente Parlamentar de Implantação da Ferrovia da Integração, como a estou chamando, não só Ferroeste, em audiência, na semana que vem, na sexta-feira, com o governador do Paraná, na outra semana com o governador do Mato Grosso do Sul e na semana posterior com o governador de Santa Catarina.

Contaremos com a presença de deputados estaduais e federais do Mato Grosso do Sul, do Paraná, além de deputados de Santa Catarina, como o deputado Celso Maldaner, da bancada federal, que vai representar o Congresso Nacional nesse encontro com os três governadores, para viabilizar, juntamente com os três estados, apoios estaduais no sentido da inclusão no PAC dessa obra da Ferroeste e também da ferrovia que integra o litoral catarinense para a integração social, cultural, ambiental e econômica do Mercosul e dos nossos estados vizinhos.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Tenho certeza de que o entendimento e as conversações nessa luta serão inseridos no PAC, até porque é uma reivindicação do Parlasul, quer dizer, do nosso Parlamento. E o próprio BNDES, que é um banco de investimento muito maior do que o próprio BID, e nós nem sabemos disso, está disposto, porque sabe da importância do desenvolvimento econômico, se for o caso, a financiar esse resto da bioceânica, de 42 quilômetros, que ligará Peperiaçu, eis que já há alfândega - o asfalto já chega até lá -, até San Pedro, em Misiones.

Não estou aqui falando também que temos que antecipar a questão da ferrovia, a questão do gás como energia, que discutimos lá no oeste, na questão orçamentária.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputado Professor Grando. Incorporo ao meu discurso o seu pronunciamento.

O segundo tema que eu gostaria de falar nesses quatro minutos que me restam nesta tarde é a educação, a greve dos educadores de Santa Catarina, do magistério público estadual e da insensibilidade do governo até este momento. Mas quero crer que este Parlamento, que está preocupado com a educação no estado, com o futuro do estado, poderá transformar a medida provisória que cria o Prêmio Educar numa nova modalidade de valorização do magistério.

Este Parlamento, deputado José Natal, não vai discriminar aposentados, professores de licença médica, ou licença-prêmio, ou licença para estudo. Quero crer que a sensibilidade do Parlamento vai permitir aperfeiçoar, transformar a medida provisória do governo do estado.

Nós podíamos ter uma posição aqui: ser contra simplesmente, criticar o governo do estado e não propor absolutamente nada. Esta poderia ser uma posição da Oposição aqui. Quanto à outra, deputado Joares Ponticelli, poderíamos transformar o Prêmio Educar, os R$ 200,00, em um percentual de aumento salarial de todos os servidores da Educação do estado de Santa Catarina: aposentados, ativos, especialistas da área técnica, o magistério. Pega esses R$ 200,00 e transforma em salário. Dá o mesmo percentual, nada mais, nada menos. Incorpora em percentual no número absoluto de valores. Se forem R$ 7 milhões por mês, darão 5%, 6%, 4% para o universo do magistério.

Temos que acabar com a discriminação. É um desrespeito essa divisão do magistério. Podem argumentar que isso é para dividir a greve, para impedir que haja uma mobilização dos professores. Mas temos responsabilidade ética, moral e política com o conjunto do magistério. Temos compromisso com os aposentados que trabalharam a vida toda, senão, não adiantará fazer discurso aqui. Temos que apoiar os aposentados, os especialistas e quem está em licença-prêmio, que é um direito do professor. Isso não pode virar castigo. Aposentar-se agora é um castigo! Que prêmio é esse que universaliza todos iguais naquela categoria? Se for prêmio, então, que qualifique! Esse professor terá esse prêmio, porque se destacou esse ano, desenvolveu esse projeto de pesquisa com as crianças, com a escola, inovou na escola. Mas não é isso! Universaliza para uma parte, e a outra é discriminada e posta de castigo. Por isso é que a medida provisória está aqui com pedido de vista feito por mim e pelo deputado Joares Ponticelli. Nós temos que contribuir.

Não tenho dúvida de que os deputados da base governista que pensam o futuro deste estado, que pensam a educação e que respeitam os aposentados do magistério, que respeitam os especialistas, os técnicos, que respeitam a licença saúde e a licença-prêmio, se o problema for dinheiro, não existe mais, peguem os R$ 200,00 do governo do estado e transformem em salário para todo o magistério público e estadual, porque o resto poderá ser demagogia para dividir os professores e impedir que aumente o processo de mobilização e de greve do magistério.

Agora, pode caminhar em outra direção. Para que façamos o quê? Paridade salarial, direito de todos. Respeito ao magistério, respeito à educação, respeito àqueles que hoje estão aposentados e àqueles que, na ativa, serão aposentados amanhã. E aí sim, é discutir o direito universal, que é o mínimo dos trabalhadores na política pública.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não! Concedo um aparte ao deputado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado. É só para dizer que concordo plenamente com a sua proposta. Se a questão é dinheiro, é recurso, que peguem os seis ou sete milhões que vão gastar para dar esse "castigo educar" e incorporem a quantia que for possível dos R$ 100,00 de abono que os professores estão pedindo. Então, peguem esse valor, esse dinheiro e façam uma política isonômica, efetivamente pública, para todos os servidores da Educação.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, queremos contar com as lideranças da base do governo também, para que consigamos sensibilizar o governo do estado, e mais do que isso, nós nos sensibilizarmos aqui e dizer que este Parlamento é autônomo e soberano para decidir um futuro melhor para os educadores...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Enquanto o deputado Joares Ponticelli prepara-se para o seu novo ataque, eu só queria dar uma palavrinha, sr. presidente.

Quero dizer ao deputado Pedro Uczai, meu bom amigo, que é uma pessoa extremamente preocupada, especialmente com essa área, que acho que poucos foram os secretários que se preocuparam tanto com o bem-estar do professor, aqui, nesta Santa Catarina, quanto o secretário Paulo Bauer. Ele já foi secretário uma vez, está sendo secretário novamente. Pode ter certeza, deputado Pedro Uczai, que se depender do secretário Paulo Bauer as coisas vão acontecer, porque vontade ele tem. Aquilo que estiver no limite, aquilo que for possível, racionalmente possível de se fazer, eu tenho certeza de que ele irá fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham, deputado Nilson Gonçalves, o meu ataque, como v.exa. se referiu, será feito hoje com as palavras do eminente jornalista Moacir Pereira, o seu colega de trabalho, e eu não ouvi de nenhum dos defensores. Nós, da Oposição, temos que cumprir o nosso papel de atacar, de cobrar, e v.exas. devem defender. E não vi aqui nenhum defender nem contestar a coluna do eminente jornalista Moacir Pereira do dia de hoje.

A coluna do jornalista Moacir Pereira da última sexta-feira retrata a face de um governo autoritário, de um governo arrogante, de um governo intimidador, ameaçador, de alguém que para agir assim deve ter aprendido nos porões da DOPS, onde sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, atuou, de junho de 1958 a março de 1966. E se alguém duvidar, tenho a ficha funcional do brilhante servidor da DOPS, Luiz Henrique da Silveira, que aprendeu, com toda certeza, deputado Silvio Dreveck, lá nos porões da DOPS, a implementar essa política.

Peço, portanto, permissão para ler, e com isso registrar nos anais desta Casa, a coluna do jornalista Moacir Pereira, publicada no jornal *Diário Catarinense*, na última sexta-feira.

(Passa a ler.)

"A política da intimidação

Quando o debate político atingiu seu ponto mais crítico no processo de julgamento de cassação do diploma do governador Luiz Henrique da Silveira pelo TSE, os governistas partiram para o contra-ataque, valendo-se de um antigo e superado expediente. Não fulminaram as denúncias contidas no processo, como era de seu direito. Abriram o armário do cemitério político dos adversários para desenterrar cadáveres que envolviam a vida funcional do advogado Gley Sagaz, que elaborou a ação. Jogo baixo, com tentativa de desqualificação do autor.

Decretada a greve dos professores da rede estadual de ensino, outra infeliz iniciativa de alguns governistas, que negam o passado glorioso dos líderes que lutaram corajosamente pelas liberdades públicas. Ao invés de buscarem uma saída para a greve com diálogo e negociação ou via uma disputa limpa na arena política, investiram contra líderes do Sinte. Objetivo evidente de tentar deslegitimar o movimento e maculá-lo perante a opinião pública. Não refutaram os grevistas; procuraram eliminá-los do jogo político.

O comando de greve dos professores acaba de emitir um relatório com informações que, se forem verdadeiras, revelam a existência de um estado policialesco em regiões de Santa Catarina. O caso mais grave ocorreu em Brusque, onde dois policiais militares entraram na casa do professor Agenor Real, coordenador regional do sindicato. Durante dez minutos, fizeram um interrogatório com a esposa Sandra, que, em estado de choque pela ausência do marido, que se encontrava em Florianópolis, apegou-se no consolo de duas filhas menores, uma de nove anos e outra de oito meses. Só queriam saber das 'atividades políticas' do marido." [...]

Leia-se Dops, comandada por Luiz Henrique da Silveira, o bom aluno da Dops.

Segue a coluna do jornalista Moacir Pereira.

(Continua lendo.)

"Vigilância

Policiais militares estiveram, também, nas escolas de Criciúma, Blumenau, Jaraguá do Sul e Brusque. Para quê? Em Chapecó, segundo o mesmo documento sindical, a PM ocupou o Colégio Bom Pastor. Por quê? Em Balneário Camboriú, 'policiais à paisana documentam a movimentação dos professores com usos de máquinas fotográficas'. Por que motivo?

O secretário da Segurança, Ronaldo Benedet, esteve reunido, por mais de uma hora, com o comandante da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, e garantiu que a greve dos professores nunca foi examinada em todos os encontros. Diz que, se houve exageros, 'foi voluntarismo'.

Na Assembléia Legislativa, o deputado Joares Ponticelli metralhou o governo, acusando-o de autoritário por não negociar com os professores e fazer ameaças contra uma classe laboriosa. Atacou o governador, condenou contrato de R$ 400 mil da Celesc com a Casvig, empresa da família Berger, voltou a criticar os R$ 500 mil dados a Vera Fischer e a quantia de R$ 1,2 milhão para a empresa de cinema do sobrinho do secretário Ivo Carminati. Ato contínuo, o líder Manoel Mota fez a defesa do governo. Acusou Esperidião Amin de quebrar o Besc duas vezes, de falir a Celesc, de liquidar o Ipesc. Finalmente, ameaçou trazer a debate a Festa da Tainha.

Não contestou uma só das acusações dos adversários.

Como é que este tipo de debate vai contribuir para o fim da greve, para a preservação da lei, para uma saída honrosa dos professores e, sobretudo, para a melhoria da educação de nossas crianças? Está aí uma resposta que o Parlamento, os partidos e os políticos ainda não deram à sociedade catarinense". [sic]

Portanto, deputado Nilson Gonçalves, não tem nenhuma palavra minha aqui, a não ser a lembrança de que a Casvig é do peemedebista de carteirinha Dário Berger, que é também a nova empresa contratada do chefão do PMDB, para não dizer chefão de outra coisa, Eduardo Pinho Moreira. Aliás, o governador disse ontem, que agora está fazendo parcerias efetivas com Florianópolis. E eu queria saber que parcerias são essas. Hoje caiu a ficha, é a parceria do governo com a Casvig. Essa é a grande parceria do governo com Florianópolis. É o governador e o presidente do PMDB negociando descaradamente com correligionários, fazendo com que a Casvig, que é do Dário Berger, seja contratada pela Celesc sem nenhum critério.

É uma vergonha! Em qualquer estado ou em qualquer país um pouco mais indignado com a corrupção pública, como no nosso estado atualmente, esse assunto ganharia páginas, capa de revista. Parece que a corrupção aqui em Santa Catarina está deixando de indignar alguns.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Há muita preocupação com essa questão desde que foi noticiada pela imprensa, e soubemos por outros meios, já na semana passada. E de antemão, como anunciamos nesta tribuna onde v.exa. se encontra, somos contra a utilização de policiais militares, da Polícia Militar, para coagir movimento legítimo de trabalhadores - isso de antemão. Depois, gostaria de dizer que os policiais agiram, segundo informações que temos a serem confirmadas, por determinação da Central de Inteligência da Polícia Militar, a CI - Central de Inteligência da Polícia Militar.

Estou dizendo isso para quê? Para que agora não se saia atrás desse PM, para pegar o cabo, o soldado, o sargento, que foi fazer o trabalho mediante ordem. A ordem era absurda, é verdade. Mas houve uma ordem da Central de Inteligência da Polícia Militar. Essa é a informação que temos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Tenho certeza, deputado Sargento Amauri Soares, de que não é a ação de nenhum policial que não tem poder de comando para fazer isso. Não! Estavam obedecendo ao comando do secretário Ronaldo Benedet e do governador do estado. Não tenho dúvidas disso. Do governador que serviu à DOPS. Isso é método da DOPS. Só falta dar óleo de rícino para humilhar, para constranger. Isso é uma forma de constrangimento. São métodos da ditadura. O Luiz Henrique costuma chamar alguns de nós de filhotes da ditadura, mas ele serviu à DOPS. Repito, tenho a ficha funcional à disposição para quem quiser. Isso aqui é comportamento de quem serviu à DOPS.

Deputado Sargento Amauri Soares, os policiais que estão desde 2003 esperando o pagamento da Lei Complementar n. 254, desse calote patrocinado pelo governador do estado que levou o voto da classe duas vezes e não pagou a conta até hoje, certamente não iriam perseguir os irmãos do magistério. Pelo contrário, a base da Polícia é solidária com o professor que está sendo massacrado por este governo. Eu não tenho dúvida disso. Obedeceram a comandos, sim, porque até aqui ninguém contestou. Provas de um governo autoritário, que nessa medida provisória, deputado Pedro Uczai, arrebenta mais uma vez com a classe do magistério.

Mas quero anunciar que o nosso partido está entrando no Supremo Tribunal Federal com uma ação exigindo o cumprimento do dispositivo institucional da revisão anual dos salários dos servidores, que é a reposição das perdas para todos.

No governo Luiz Henrique, até agora foi concedido apenas 1% em seis anos, e o aposentado que o diga!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra a presença dos ilustres brusquenses: o radialista Tiquinho, o Valério e o seu filho Bruno.

Boas-vindas do Parlamento catarinense aos ilustres brusquenses.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar que hoje está acontecendo em Nova Erechim uma grande mobilização regional sobre a questão da construção das barragens da hidrelétrica da bacia do rio Chapecó. Eis que há uma preocupação muito grande por parte dos agricultores quanto ao seu futuro e a incerteza que toma conta da região pela forma como hoje está a questão da legislação da construção das hidroelétricas.

Quero deixar registrado em pauta na Assembléia, no dia de hoje, a minha preocupação. Amanhã vamos retomar o assunto nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de poder ver neste Parlamento um momento em que o deputado Joares Ponticelli apresentasse aqui um projeto, um encaminhamento de uma obra, alguma coisa para a sua região, que está abandonada desde a época do seu governo. Só agora é que se está recuperando.

Hoje está-se recuperando, porque nem no seu governo ele teve condições, competência, para realizar obras - nem quando o prefeito era do seu governo. Na época fizeram um projeto do Badesc e não levaram o dinheiro, e o Luiz Henrique da Silveira teve que pagar. E não muda, é o mesmo CD, a mesma fita. A ponta da agulha deve estar rombuda, porque ele não faz outra coisa.

Mas quero aqui apresentar a *Notícia do Dia*, o que um colunista, um jornalista também respeitado, disse. Gostaria que o eminente deputado Joares Ponticelli prestasse atenção no que o colunista Ricardinho Machado, do jornal *Notícia do Dia*, do dia 16 de março de 2008.

(Passa a ler.)

"Pimenta

Deputado Joares Ponticelli dá um banho em engambelar repórteres. É um tal de conseguir manchetes num dia, e os acusados desmentem no outro." [...] Cria a manchete, inventa e no outro dia desmente. Quem está dizendo isso é o colunista do jornal *Notícia do Dia.*

(Continua lendo.)

"Tentou denegrir o instituto que por várias vezes publicou pesquisa favorável ao seu guru Esperidião Amin. Mas o parlamentar é craque nisso... é que no dos outros é pimenta."[sic] Quer dizer, cria os fatos, cria a manchete, só que me parece bastante vazio. E quem fala isso é o colunista. Não sou eu, é o jornal que está falando. Então, evidentemente, nesses dois últimos mandatos, e este deputado tem cinco mandatos, não vi um pronunciamento pedindo alguma coisa para Tubarão ou para Laguna, aquela terra querida. Não vi apresentar um pronunciamento com projeto. Não vi apresentar um projeto aqui, na Assembléia Legislativa. Isso mostra que é feito apenas de discursos vazios, sem conteúdo, que busca inventar. Quem está falando isso não é este deputado, é o jornalista. Ele cria um fato que não existe e no outro dia é desmentido.

Gostaria de poder trazer isso para que a sociedade conheça aquele que faz, a cada instante, uma denúncia. Não perde uma oportunidade, não perde um dia para vir fazer denúncia.

Agora, ele falou de uma grande parceria da Celesc com a prefeitura. O que ouvi do eminente deputado foi uma enrolaçada, era uma coisa e outra, que nem entendi bem. Mas ele disse aqui que o governo fez uma parceria com a prefeitura, só que errou, não acertou bem, porque falta conhecimento. Ele olha a crítica, mas não busca a realidade. Há uma grande parceria, sim, com os governos federal, estadual e municipal.

Olhem que coisa linda: policlínica no norte da ilha! Agora foi inaugurada uma policlínica no norte da ilha. Então, a parceria a que ele se referiu não é essa parceria. Porque havia uma parceria dos bambus, das tainhas de Florianópolis. Esse era o governo sério.

Ele atacou aqui dizendo que agora só há corrupção e que governo sério era o que estava na capital. Foram R$ 90 mil de bambu, e aquele pessoal que se envolveu, junto com o hoje deputado federal, na Festa da Tainha, botou a mão e foram condenados, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, à prisão. E daí diz que nada disso aconteceu, que era uma administração séria. Por que não desmentiu aquilo que eu levantei? Porque o eminente deputado sabe que quando venho aqui, eu falo a verdade! Eu venho aqui e comprovo com a verdade qualquer uma daquelas denúncias que eu fiz, porque a verdade tem resposta e a mentira não!

Então é preciso que alguns canais de televisão conheçam o eminente deputado Joares Ponticelli, que serve para escrever novelas. Na hora de ser político, ele errou. A novela é criada, e é isso que o eminente deputado deveria fazer: criar assuntos dentro das novelas. Cada dia que vem aqui é uma denúncia diferente. E na verdade o que acontece? Nada! Porque essas denúncias não são verídicas, são vazias, levianas.

Então, é muito complicado. A sociedade precisa conhecer de fato aqueles que vêm aqui, fazem oposição e têm que ser respeitados. A Oposição tem que ser respeitada, sim! Ela contribui, e muito, para que o governo faça uma reflexão, veja quando está certo e quando está errado, porque nem tudo que se faz está certo. Em alguma coisa também se erra, e por isso a Oposição é importante. Agora, tem que ser uma Oposição competente, inteligente, que sabe admitir quando tudo está indo certo e que critica quando se erra. Eu vejo aqui a Oposição fazer isso, mas o eminente deputado Joares Ponticelli, não. O negócio dele é só um lado.

Então, ele não precisa nem discursar; basta gravar um CD e colocá-lo aqui todos os dias para ouvirmos, porque o seu discurso é sempre a mesma coisa, não muda nunca. A mudança é a crítica. Tudo que este governo faz não serve, mesmo com os seus prefeitos. Eles foram governo e não fizeram os acessos pavimentados, e agora as prefeituras do eminente deputado Joares Ponticelli estão recebendo os acessos pavimentados no norte e no oeste de Santa Catarina. Mas ele não enxerga isso, porque não quer ver. E cego não é quem não vê; cego é quem tem duas vistas e não quer enxergar a realização, o trabalho de um homem competente, de um homem realizador, de um homem comprometido, de um homem sério, que tem história e que se chama Luiz Henrique da Silveira.

Ele vem aqui tentar criar fatos para buscar o quê? Para buscar, como disse o jornalista, manchetes. Só que fala num dia e desmente no outro.

Eu quero dar um conselho ao eminente deputado, pois ainda é tempo: se ele não programar e planejar a sua próxima eleição, com trabalho, dedicação e respostas, não será eleito, porque o povo, quando elege um político, busca resultados. E quando o político não busca isso, é mais um que frustra a população. Mas ainda há tempo! S.Exa. tem ainda três anos e pouco e dá tempo para fazer um trabalho e, quem sabe, contribuir para levar alguma coisa para desenvolver Tubarão e aquela região de gente competente, que sabe o que quer e o que faz.

Por isso não tem coragem de sair candidato na sua terra. Se ele tiver coragem, quero ver o eminente deputado sair candidato em Tubarão. Aí, sim, eu vou respeitar e venho aqui elogiar, se ele fizer isso. Mas se na sua região não tem condições de colocar um candidato, ou ele não sai candidato para ajudar o partido, é porque, como presidente, está fazendo um péssimo trabalho no PP em Santa Catarina. Então, acho que não está contribuindo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - É só para dizer que Santa Catarina viu que o deputado Manoel Mota não respondeu nada ao Moacir Pereira. Eu só pedi que ele respondesse ao Moacir Pereira. Segundo, quem entende de novela, deputado Manoel Mota, é a Vera Fisher e a dinheirama que Luiz Henrique dá para ela. Explique esse dinheiro da Vera Fisher! Terceiro, amanhã vou trazer o jornal *Notisul, que diz*: "Empresário desabafa e declara publicamente sua saída do PMDB em Grão-Pará". E olhem, o que ele diz de Eduardo Pinho Moreira é coisa feia! Deputado Manoel Mota, a coisa está feia! Mas aproveite esse um minuto ao microfone para responder agora sobre isso que o Moacir Pereira falou. V.Exa. não falou no Moacir Pereira. É como o povo diz: nós vimos aqui falar de alhos e v.exa. vem e mistura bugalhos, faz aquela confusão, mistura para cá, mistura para lá e não responde nada. Deputado Manoel Mota, é verdade, o pior cego é aquele que não quer enxergar, e o maior mentiroso é aquele que acredita na sua própria mentira.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - E isso cabe bem a v.exa. O deputado Joares Ponticelli acha que temos a memória curta e que não lembramos das coisas. Primeiro, ele precisa ir a Chapecó para ver onde estão o seu vice-prefeito e os vereadores. Todos eles saíram do partido! E gostaria de saber onde está o eminente deputado Celestino Secco, que era do PP, um homem que respeito e sempre respeitei.

Quer dizer, ele busca uma questão, mas há tantas outras questões, que eu ficaria aqui por um longo tempo citando as pessoas que deixaram o seu partido por causa dessas ações incompetentes, não-criativas, que não buscam realizar absolutamente nada! Realizaram um governo vazio, perderam e agora continuam com um discurso vazio!

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o eminente deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, meu líder, deputado Manoel Mota, caro presidente do Partido Progressista, deputado Joares Ponticelli, eu tenho assistido aos debates.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero mostrar neste jornal aqui a tainha! O deputado Joares Ponticelli sabe o que acontece! Está aqui no jornal a vergonhosa Festa da Tainha, em Florianópolis, e ninguém esquece disso!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mas, continuando, quero dizer o seguinte: deputado Joares Ponticelli, eu me surpreendi com a leitura que o senhor fez da coluna do Moacir Pereira. Eu li na sexta-feira a coluna do nobre jornalista e quando ouvi v.exa. lendo na íntegra o que está na coluna do Moacir Pereira, prontamente pensei: será que li o jornal errado?

O senhor leu a matéria e gostaria de dizer, primeiro, que acho que houve um erro total de interpretação sobre o que o Moacir Pereira quis dizer na sua coluna. E v.exa. fez uma interpretação de acordo com o seu gosto e a sua maneira de pensar, ou como queria que ele tivesse escrito. Segundo: v.exa., ao ler a coluna, falou DOPS, DOPS, DOPS! Eu li agora a coluna do Moacir Pereira - e até posso estar com problema de visão -, mas em momento algum se fala em DOPS! Em momento algum está escrito isso, deputado Joares Ponticelli!

Outra coisa: a interpretação! V.Exa., que é professor e já foi diretor de colégio, tem de saber interpretar! O que está aqui não é aquilo que v.exa. falou! V.Exa. interpretou errado a coluna de um grande jornalista, de um colunista por quem tenho grande respeito e consideração. Desde os meus tempos de garoto que conheço o Moacir Pereira.

Primeiro, nada foi respondido. O Moacir Pereira fez aqui... Porque se discute, um acusando, outro acusando, e não se apresenta uma proposta concreta.

Mas na quinta-feira passada eu respondi, com clareza, a questão da Celesc levantada aqui sobre as empresas de segurança contratadas e terceirizadas. E agora, deputado Joares Ponticelli, para responder e entender do serviço público... E não sei se v.exa. já foi administrador ou se foi prefeito. Acho que v.exa. já deve ter sido secretário do governo do seu chefe, o homem do tapetão. E o deputado Pedro Uczai já foi prefeito, assim como o deputado Manoel Mota, e quem já foi secretário ou prefeito sabe que existem coisas na administração pública que nós, no direito, na democracia e havendo uma Justiça, respeitamos. E isso foi claramente respondido aqui, e creio que o deputado Dirceu Dresch estava na sessão na última quinta-feira quando foi explicado como funciona a administração pública, como funciona uma empresa pública. Antes de tudo, vamos ter aulas de interpretação nesta Casa e de como funciona uma empresa pública e de como funciona a coisa pública não em Santa Catarina, deputado José Natal, mas no Brasil!

Então, faço uma sugestão: já que o nobre deputado é presidente da Escola do Legislativo, que inclua e que se estude essas duas questões que são fáceis, basta simplesmente estudo.

Eu não sei por que o deputado Joares Ponticelli não foi secretário. Eu não sei se o seu chefe, no passado, não confiava nele e não o convidou, ou se achou que ele não tinha condições para ocupar uma secretaria; ou se o convidou e ele achou que não tinha capacidade de ser secretário, porque iria encontrar questões como essa que aconteceu lá na Celesc.

O que aconteceu na Celesc? Lá uma empresa presta serviços. Houve uma decisão da Justiça do Trabalho, dando um prazo para a Celesc rescindir o contrato com a empresa que prestava serviço, por irregularidades dessa empresa junto aos seus trabalhadores. O que fez a Celesc, o seu presidente? E na verdade, deputado Sargento Amauri Soares, nem era o Eduardo Pinho Moreira que estava ocupando a Presidência da Celesc, à época, porque ele estava de férias. Mas a Celesc acatou uma decisão da Justiça, rescindiu o contrato com a empresa que prestava serviços e por autorização, em caráter temporário, fez uma tomada de preços. E por menor preço duas empresas foram contratadas por um período de três meses, até que se faça uma nova licitação pública.

Não há erro algum! O erro é da empresa! É uma decisão da Justiça, não é um problema da Celesc, não vamos aqui querer jogar o problema para a Celesc. O que ela, uma empresa boa e que orgulha os catarinenses, fez foi cumprir uma decisão.

Agora, não podemos misturar alhos com bugalhos. E aqui se está misturando as coisas para tentar confundir. E quando somos chamados, todas as respostas são dadas. É lógico, deputado Sargento Amauri Soares, que eu queria dar outras respostas e discutir outros assuntos, mas não posso mais conviver com inverdades aqui neste plenário! Não são nem meias verdades mais. São inverdades! Primeiro, o cidadão colega deste plenário leu um jornal e disse coisas que não estavam lá. Depois, disse que não respondemos ao assunto da Celesc. Em seguida, levantou outra história e misturou tudo. E meias verdades ou inverdades são mentiras! E queremos responder aqui as dúvidas que possam estar surgindo.

Agora, não podemos, por um erro de interpretação... E isso me assusta muito por ter vindo de um professor que não conseguiu interpretar a coluna do nobre jornalista Moacir Pereira, sendo que interpreta da sua maneira e usa os microfones e a tribuna desta Casa para falar a muitos catarinenses que assistem à TVAL um monte de inverdades, que são, na verdade, um calhamaço de mentiras.

Então, quero responder à nossa gente catarinense que nos está assistindo que o assunto da Celesc não existe; quero responder que sobre aquilo que foi lido - e quem não leu o jornal sabe disso - não existe DOPS, em momento algum, escrito no jornal. "Ah, mas há outras coisas". Há outras coisas, e se já arrumou uma mentira no meio, a sua fala já se tornou uma mentira por inteiro, deputado Manoel Mota.

Então, quero só esclarecer. Eu iria falar de outro assunto bonito para a nossa serra catarinense, mas não vou me curvar, em momento algum, diante de todas as insinuações, aquelas que são verdadeiras, aquelas que são meias verdades e aquelas que são falsas por inteiro e não ocupar esta tribuna para respondê-las.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao nobre deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Queremos cumprimentar v.exa. e dizer que acompanhamos todos os dias essa mesma história. Todos os dias é a história da carochinha.

O deputado que eu apelidei de caratoca continua caratoca, porque ficou um pouquinho ali e não agüentou, fugiu. Quer dizer, já chega bem atrasado para se inscrever e fazer críticas ao governo.

Eu disse aqui, porque acho que é minha obrigação, que ainda há tempo de se recuperar. Ele fez uma votação expressiva no primeiro mandato, que foi reduzida neste mandato. Fruto do quê? Da sua incompetência, dos seus discursos. Hoje, está numa situação... Onde está a sua candidatura de Tubarão? Vejam como ele deixou o seu partido em Tubarão, com esse discurso fajuto, incompetente, leviano, não verdadeiro. Quer dizer, ele vai junto com o partido.

Nós aqui ainda tentamos alertá-lo, porque o povo espera resultados de quem trabalha, de quem apresenta resultados. E é isso que estamos fazendo no Parlamento; é isso o governo Luiz Henrique está fazendo no estado de Santa Catarina; é isso que o povo quer, esperava e quer!

Por isso, há sempre derrotas. E eles que comecem a comprar *jeans,* pois vão rasgar as calças naquela cadeira de Oposição, porque quem não é competente não chega mais ao governo!

Parabéns, deputado.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu tinha mais algumas coisas a dizer, mas como o meu tempo já venceu, eu só agradeço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Marcos Vieira e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, comunica que, de acordo com art. 108 do Regimento Interno, serão as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 18ª Sessão Ordinária:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0013/2008, de autoria d deputado Genésio Goulart; 0028/2008, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0030/2008, de autoria do deputado Jandir Bellini; 0044/2008, de autoria do deputado Julio Garcia; 0222/2007, de autoria do deputado Darci de Matos; 0608/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0634/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal; e 0661/2007, de autoria do deputado Darci de Matos;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0018/2008, de autoria do deputado Darci de Matos; 0047/2007, de autoria do deputado Manoel Mota; 0050/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0357/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 010-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado José Natal Pereira para ausentar-se do País, no período de 11 a 19 de abril do corrente ano, para participar do Sexto Seminário Binacional Barcelona 2008, sobre gestão municipal, a ser realizado na cidade de Sabadell - Catalunha - Espanha.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de março de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - 2º Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1637ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral adjunto, José Carlos da Silveira, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1637ª sessão ordinária. Registrada a ausência dos doutores Paulo Henrique Rocha Faria Junior e Fausto Brasil Gonçalves, por encontrarem-se em Curitiba, participando do curso Aspectos Polêmicos da Licitação e dos Contratos Administrativos para Obras e Serviços de Engenharia. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben e Sérgio Augusto Machado. Aprovada a ata da sessão anterior. O Senhor Presidente deu conhecimento ao parecer exarado pelo Dr. Fábio de Magalhães Furlan na Adi nº 2008.005220-9/0000-00, Capital, Requerente: Procurador-Geral da Justiça de Santa Catarina e Requerida: ALESC. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0302/08, de José Carlos da Silveira e 0264/08, de Nelson Vanelli. Retirado de pauta pelo relator o Processo n.º 2348/07, de Rosa Maria Spritze. 2) Relatoria da Drª. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade pelo arquivamento do Processo n.º 2458/07, de Maria Rosana Farah. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade às Consultas: Of. n.º 004/08 de 08/02/08, Interessado: Procurador de Finanças da ALESC "ato de aposentadoria da servidora Maria Helena Bargellini (TC)"; Of. CL n.º 069/08 de 11/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta Termo Cooperação Técnica - SEBRAE"; a relatora deu conhecimento do parecer exarado na ADI nº 2008.007243-8, Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina, Lei Impugnada: "Lei Estadual nº 14.217 de 28/11/07". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0251/08, de Maria Delma Alves; Processo n.º 0323/08, de Luiz Roberto Silveira; Processo nº 0257/08, de Vicente Cravo Di Pietro; Processo nº 0277/08, de Nazarildo Tancredo Knabben; Processo nº 0281/08, de Ada Coelho Mignoni e Consulta - Of. CL n.º 083/08 de 11/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital para Exame e Aprovação - Vacinas". 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0230/08, de Nivaldo Garcia; Processo n.º 0332/08, de Paulo César Rodrigues; Consulta - Of. n.º 074/08 de 07/03/08, Interessado: Deputado Rogério Mendonça "alteração da carga horária dos servidores públicos"; Consulta - Of. CL n.º 081/08 de 13/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato com a Empresa COTRANS - Locação de Veículos Ltda."; Processo s/nº - Of. nº 025/SRH/GEXFLO/SC, Interessada: Silvana Maris dos Santos Peres - Chefe da Seção de Recursos do INSS (solicita o envio dos comprovantes de pagamentos das Guias de Recolhimento da União - GRU em ressarcimento aos valores recebidos pelo servidor do INSS Marcos Aurélio de Melo". Também deu conhecimento ao parecer exarado na ADI nº 2008.006372-1/0000-00, Capital, Requerente: Governador de Santa Catarina e Requerida: ALESC. 5) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0325/08, de Margareth Balsini Genovez; Processo n.º 0326/08, de Márcia Bittencourt da Silva; Processo n.º 0219/08, de Johni Lucas da Silva. 6) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0328/08, de Arno João Jerônimo; Processo n.º 0279/08, de Sidney Pacheco; Consulta - Of. CL nº 073/08 de 11/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo de inexigibilidade - aquisição de livros" e Consulta - Of. CL n.º 080/08 de 13/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato da TELTEC NOTWORKS Ltda.". O relator deu conhecimento ao parecer exarado na ADI nº 2008.010908-9/0000-00, Capital, Requerente: Procurador-Geral da Justiça de Santa Catarina e Requerida: ALESC. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0331/08, de Geraldo Marques; Processo n.º 0278/08, de Marilene Rodrigues Correia; Consulta - Of. CL n.º 075/08 de 11/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Aquisição de Impressoras BRAILLE". O relator retirou de pauta o processo nº 2532/08, de Adriana Helena de Souza Gezak. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia vinte e seis (26) de março. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 19 de março de 2008.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia vinte de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões Técnicas a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente, Deputado Reno Caramori, presente os Deputados membros: Dirceu Dresch e Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos o Vice-Presidente justificou a ausência do Presidente Deputado Moacir Sopelsa que viajou a Concórdia para participar de eventos Agropecuários, fez leitura do seu Pedido de Informação direcionado ao Presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina - CIDASC, solicitando esclarecimentos referentes à Resolução Nº 01/08, que institui a cobrança do valor de dez reais como remuneração pela prestação de serviço, para cada Permissão de Trânsito Vegetal - PTV, bem como as seguintes informações: qual embasamento legal para cobrança do valor de dez reais como remuneração pela prestação de serviço para cada Permissão de Trânsito Vegetal emitida pela CIDASC? Quais plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal são abrigados pela cobrança da taxa? Quais espécies de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal são veiculadores de pragas quarentenárias? De que forma é feita a cobrança da taxa para a PTV, se ela incide sobre a carga transportada ou sobre a nota fiscal emitida pelo produtor ou agroindústria? Se a taxa para a permissão é exigida e cobrada para o transporte municipal, intermunicipal, interestadual e internacional? Se a taxa também incidirá sobre as cargas de produtos florestais. A Resolução foi publicada no mês de janeiro e deixou os agricultores preocupados. Ela institui a cobrança emitida pela CIDASC por técnicos habilitados da Defesa Sanitária Vegetal. Os recursos das cobranças pela emissão das PTV, decorrentes da aplicação da Resolução, serão recolhidos diretamente para uma conta corrente especificada da CIDASC e serão destinados regularmente ao custeio e investimento em ações e programas de Defesa Sanitária Vegetal. O Deputado Reno Caramori disse que a norma regulamenta uma lei federal que autoriza a cobrança da taxa, mas não especifica o valor. "Temos que saber se a taxa vai ser cobrada de cada nota emitida pelo produtor ou para cargas fechadas", questionou. Todos os Senhores Deputados foram favoráveis. O Deputado Dirceu Dresch disse que fez contato com o Secretario de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, e ele falou que só será cobrada a taxa de cargas fechadas que sairão do Estado. O Deputado Dirceu Dresch disse que isso não esta especificado na Resolução, e quem vai arcar com o custo será o produtor ou o consumidor. Disse que já tem outro encontro marcado com o Secretário para terça-feira próxima, dia vinte e seis, na própria secretaria. Seguindo o Vice-Presidente fez leitura da Moção número seis da Câmara Municipal de Irineópolis pedindo apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com compra direta da Agricultura Familiar. Todos se manifestarão favoráveis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe da secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Vice-Presidente Florianópolis, vinte de fevereiro de dois mil e oito.

Deputado Reno Caramori
Vice-Presidente

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às oito horas do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência dos Senhores Deputados Romildo Titon, Jorginho Mello e Jean Kulmann, reuniram-se as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e a de Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Presentes os demais membros: Deputada Odete de Jesus, Deputados Herneus de Nadal, Joares Ponticelli, Pedro Baldissera, Pedro Uczai, Marcos Vieira, Narciso Parizotto, Darci de Matos, Gelson Merísio, Silvio Drevek, José Natal, Décio Góes, Manoel Mota, Jandir Bellini, Renato Hinnig e Elizeu Mattos. Aberto os trabalhos, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovada a Ata da 29ª Reunião Ordinária e os senhores Deputados passaram a relatar as matérias. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0616.5/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0631.4/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0582.1/07, exarando parecer pela aprovação com emendas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Baldissera, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº 0192.2/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Darci de Matos, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0332.7/07, exarando parecer favorável à emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira; o Projeto de Lei nº 0531.1/07, exarando parecer favorável com emendas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0301.0/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei nº 0561.7/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em

discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei Complementar nº 0024.4/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. O Senhor Deputado Joares Ponticelli, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0590.1/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira; o Projeto de Lei nº 0471.6/07, exarando parecer pela aprovação nos termos da emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0215.3/07, exarando parecer pela rejeição da emenda acostada à fl. 26 dos autos, ratificando a aprovação da matéria nos termos do parecer de fls. 11 e 12, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Senhor Deputado Gelson Merísio, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0339.3/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0454.5/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa e aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Emenda à Constituição nº 0004.2/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0003.4/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa e supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Uczai, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0360.0/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Gelson Merísio; o Projeto de Lei nº 0439.6/07, exarando parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0136.5/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Herneus de Nadal, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0581.0/07 e 0628.9/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por maioria; o Projeto de Lei Complementar nº 0049.2/07, exarando parecer pela aprovação com emendas modificativa e supressiva, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos Deputados Joares Ponticelli e Pedro Uczai e o Projeto de Lei nº 0555.9/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.O Senhor Deputado Romildo Titon, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0644.9/07, 0643.8/07, 0577.4/07, 0626.7/07, 0489.5/07, 0578.5/07, 0622.3/07, 0621.2/07, 0658.4/07, 0526.4/07, 0649.3/07, 0656.2/07, 0638.0/07, 0627.8/07, 0636.9/07, 0521.0/07, 0575.2/07, 0650.7/07, 0415.9/07, 0637.0/07, 0635.8/07, 0648.2/07, 0646.0/07, 0647.1/07, 0651.8/07 e 0245.0/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 0623.4/07, 0497.5/07 e 0523.1/07, exarando pareceres pela aprovação com emenda modificativa, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 0625.6/07, 0624.5/07 e 0576.3/07, exarando pareceres pela aprovação com emenda aditiva, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº 0048.1/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai. No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação foi aprovada a Ata da 33ª Reunião Ordinária e aprovado os pareceres favoráveis à tramitação das seguintes matérias: Medidas Provisórias nºs 0142/07, 0144/07, 0140/07, 0141/07, 0143/07; Projetos de Lei nºs 0002.3/07, 0003.4/07, 0344.0/07, 0505.0/07, 0523.0/07, 0526.4/07, 0339.3/07, 0521.0/07, 0576.3/07, 0658.4/07 e 0621.5/07; Projeto de Lei Complementar nº 0043.7/07. O Projeto de Resolução nº 0013.6/07, teve requerimento pela diligência aprovado. No âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos foram apreciadas as seguintes matérias: Projetos de Lei Complementar nº 0019.7/07, de autoria do Deputado Darci de Matos, que "Inclui inciso V ao § 5º do artigo 6º da Lei Complementar nº 306, de 2005, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde". Relator: Deputado Dirceu Dresch, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade, e nº 0047.0/07, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que "transforma os cargos de Escrivão Judicial e de Secretário do Foro do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina, cria cargos, e adota outras providências". Relator: Deputado Joares Ponticelli, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade, e os Projetos de Lei nºs 0062.4/07, de autoria do Deputado Gelson Merísio, que "Dispõe sobre a regulamentação de comercialização de produtos de caráter não-farmacêutico pelas farmácias e drogarias". Relator: Deputado José Natal Pereira, posto em discussão e votação o parecer favorável com emenda modificativa foi aprovado por unanimidade; 0254.0/07, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Blumenauense de Taekwondo, com sede no Município de Blumenau". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0415.9/07, de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que "Declara de utilidade pública a Ação Social e Cultural de Paulo Lopes". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0496.4/07, de autoria do Deputado Gelson Merísio e outros, que "Institui o Dia Estadual do Cidadão da Paz e adota outras providências". Relator: Deputado Dirceu Dresch, posto em discussão e votação o parecer favorável na forma da emenda substitutiva global foi aprovado por unanimidade; 0524.2/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis (instalação da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência)". Relator: Deputado José Natal Pereira, posto em discussão e votação o parecer favorável com emenda modificativa foi aprovado por unanimidade; 0527.5/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Içara (reforma da Unidade Sanitária do Município.)". Relator: Deputado Joares Ponticelli, posto em discussão e votação o parecer favorável com emenda aditiva foi aprovado por unanimidade; 0576.3/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Caibi". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0597.8/07, de autoria do Deputado Silvio Dreveck, que "Declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Germânico Böhmerwald, no Município de São Bento do Sul". Relator: Deputado Joares Ponticelli, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0599.0/07, de autoria do Deputado Edson Piriquito, que "Declara de utilidade pública a Associação Anti Álcool e de Apoio às Famílias Carentes - A.F.C., no Município de Balneário Camboriú". Relator: Deputado Renato Hinnig, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0603.0/07, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública o Núcleo Renascer em Prol à Vida Inclusiva, no Município de Urussanga". Relator: Deputado Joares Ponticelli, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0607.4/07, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que "Declara de utilidade pública o Grupo Arcos Pró Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu". Relator: Deputado José Natal Pereira, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0609.6/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Mauro Mariani". Relator: Deputado Elizeu Mattos, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0610.0/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Neuto Fausto De Conto". Relator: Deputado Dirceu Dresch, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0626.7/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza o recebimento e a doação de terra no Município de Laguna (implantação de indústrias)". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0635.8/07, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina - ABEPOM, no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0637.0/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Declara de utilidade pública o Clube de Idosos Nova Vida de Toca Grande I, no Município de Rio do Oeste". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0646.0/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Declara de utilidade pública a Associação de Agricultores de Dona Luiza, no Município de Atalanta". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0647.1/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Braço Perimbó, no Município de Ituporanga". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0648.2/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Declara de utilidade pública a União das Associações dos Agricultores de Ituporanga". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0650.7/07, de autoria do Deputado Décio Góes, que "Denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza, e adota outras providências". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade; 0651.8/07, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública a Ação Social e Cultural da Catedral, com sede no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Jean Kuhlmann, posto em discussão e votação o parecer favorável foi aprovado por unanimidade. Os trabalhos foram suspensos às 14:00 hs. e retomado às 11.20 hs. do dia 19 de dezembro de 2007, quando no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, com a substituição do Deputado Joares Ponticelli pelo Deputado Silvio Drevek e do Deputado Narciso Parizotto pelo Deputado Manoel Mota, os senhores Deputados passaram a relatar as matérias: O Senhor Deputado Herneus de Nadal, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei Complementar nº 0051.7/07, exarando parecer pela aprovação com emendas modificativa e supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Uczai, relatou a seguinte matéria: o Ofício nº 0061.0/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº 0631.4/07, exarando parecer pela rejeição da emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Senhor Deputado Gelson Merísio, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº 0662.0/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Darci de Matos,** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº 0024.4/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0613.2/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai. **O Senhor Deputado Romildo Titon,** relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei Complementar nº 0047.0/07, exarando parecer pela aprovação com emendas modificativa acosta aos autos à fl. 56, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar os Senhores Presidentes agradeceram a presença dos Senhores Deputados e encerraram a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelos senhores Presidentes e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da CCJ
Deputado Jorginho Mello
Presidente da CFT
Deputado Jean Kulmann
Presidente da CATSP

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia 11 de março do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 4ª Reunião Ordinária. Presentes os demais Deputados: Jean Kuhlmann, Elizeu de Matos, substituindo Narcizo Parisotto, Joares Ponticelli, Pedro Uczai, Pedro Baldissera, Gelson Merísio, Herneus de Nadal e José Natal, substituindo Marcos Vieira. Foi aprovada a ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Aberto os trabalhos o senhor Presidente passou a palavra aos senhores Deputados que passaram a relatar as matérias. **O Deputado Herneus de Nadal,** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0441.0/07, exarando voto de vista contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 594.5/07, exarando voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 0667.5/07, exarando parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0227.7/07, exarando voto vista contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em Gabinete ao Deputado Pedro Uczai. **O Deputado Jean Kuhlmann,** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0560.61/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0033.0/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Gelson Merísio,** relatou o Projeto de Lei nº 0669.7/07, exarando parecer contrário, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0001.2/08, exarando parecer favorável com Emenda Substitutivo Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0007.8/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e as seguintes Mensagens de Veto: 0553/07, 0449/07, 0301/07 e 0551/07, exarando voto vista favorável, que postos em discussão e votação, foram aprovados os pareceres do primeiro relator, Deputado Romildo Titon, por maioria. **O Deputado Pedro Baldissera,** relatou o Projeto de Sustação de Ato nº 0003.9/07, exarando parecer de voto vista favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em Gabinete aos Deputados Herneus de Nadal e Gelson Merísio. **O Deputado Pedro Uczai,** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0629.0/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Herneus de Nadal e Marcos Vieira, o Projeto de Lei nº 0522.0/07, exarando voto vista com parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0639.1/07, 0612.1/07, 0629.0/07 e 0613.2/07, exarando a todos parecer pela diligência externa, que postos em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli,** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0568.3/07, exarando parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0041.0/08, exarando parecer favorável com Emenda Supressiva, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai. **O Deputado Romildo Titon,** relatou os seguintes Projetos de Lei: 0587.6/07, 0663.1/07, 0666.4/07, 0660.9/07e 0664.2/07, exarando pareceres favoráveis com Emendas modificativas, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0608. /07, exarando parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de março de 2008
Deputado Romildo Titon
Presidente
*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia cinco do mês de março do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Dirceu Dresch, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Coordenadoria das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Kennedy Nunes, Nilson Gonçalves, Elizeu Mattos e Edson Piriquito. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente leu a Ata de Instalação da Comissão. Foi justificada a ausência do Senhor Deputado Cesar Souza Júnior. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente comunicou o afastamento do Senhor Deputado Edison Andrino que esta sendo substituído em caráter definitivo pelo Senhor Deputado Elizeu Mattos . Ato continuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0451.2/07, sendo o Senhor Deputado Kennedy Nunes relator, aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0652.9/07, sendo relatado pelo Senhor Deputado Nilson Gonçalves, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente leu os Requerimentos de solicitação de Audiências Públicas: Primeiro requerimento Deputado Elizeu Mattos, datado de seis de fevereiro de 2008, solicita audiência pública conjunta com a Comissão de Transportes para discutir "A segurança nas rodovias no Estado de Santa Catarina". Segundo requerimento encaminhado pelo Deputado Marcos Vieira, datado de 26 de fevereiro de 2008, para tratar sobre "Conflitos de Competência entre a Polícia Militar de SC e a Guarda Municipal de Florianópolis", nas operações referentes ao trânsito, prevenção e a repressão policial; ambas as solicitações de audiência foram aprovadas, e ficou para a próxima reunião agendar as datas. Na seqüência o Senhor Presidente leu correspondências da Câmara de Vereadores de Tijucas e assinado pelo Presidente Vereador Edson José Souza, datado de 25 de fevereiro de 2008, encaminha manifesto da situação que se encontra o Presídio Regional de Tijucas e solicita providências ao Governo do Estado, referente a manutenção das instalações, infra-estrutura e efetivo policial, e do Rotary Club Balneário Camboriú, datado de 30 de janeiro, e solicita ao Comando da Polícia Militar de Balneário Camboriú providências referentes ao elevado índice de violência no município. Foi aprovado o encaminhamento pela Comissão de Indicações ao Chefe do Poder Executivo Estadual e ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Diante da situação crítica que passa o sistema prisional no Estado de Santa Catarina, o Senhor Deputado Dirceu Dresch, Presidente da Comissão, sugeriu a realização de audiência pública para tratar do tema, com a participação de autoridades e entidades que atuam na área da segurança pública e da justiça e cidadania nas esferas federal, estadual e municipais, a qual foi aprovada devendo-se ser agendada posteriormente. Atendendo solicitação do Senhor Deputado Edson Piriquito foi aprovado um Pedido de Informações ao Governador do Estado, solicitando o(s) Plano(s) de Vôo(s) realizado(s) pelo helicóptero da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina ocorrido(s)n no dia 16 de fevereiro de 2008; e da ocorrência que o helicóptero atendeu na referida data com o pouso aproximadamente das 14 horas, no pátio do Posto da Polícia Rodoviária Federal na BR-101, localizado no Município de Itapema, conduzindo o Dr. Maurício Eskudlark, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado. Por fim, o Senhor Presidente, apresentou documentos e Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia de Polícia da Comarca de Palhoça - SC, pela Senhora Ana Odete Carneiro Nobre, onde denuncia às autoridades que vem sendo sistematicamente ameaçada. Definiu-se que a solicitante seria ouvida em data a ser definida, pelo Senhor Presidente, acompanhado de demais parlamentares membros da Comissão. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o Senhor Presidente a presente Reunião, a qual, eu Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 05 de março de 2008
Deputado Dirceu Dresch
Presidente da Comissão
*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia dezoito do mês de março do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Dirceu Dresch, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, para discutir sobre "A Ação da Polícia Militar contra os Professores Estaduais", assunto constante na pauta da primeira reunião extraordinária. Presentes os seguintes membros: Deputado Sargento Amauri Soares e Deputado Kennedy Nunes. Autoridades presentes: Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão Ronaldo Benedet; Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina Cel Eliésio Rodrigues; Delegado da Corregedoria Geral do Estado Del Ricardo Feijó; Coordenador Estadual do Sinte Danilo Ledra e a Secretária Geral do Sinte Ana Julia Rodrigues. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Secretário que relevou as acusações juntamente com Cel Eliésio Rodrigues e outros membros da mesa, que pediram ao Presidente do Sinte, Sr. Danilo Ledra, que reúna provas que comprovem as acusações levadas para a imprensa e que denunciem nomes, pois os documentos e fotos não são suficientes como prova das denuncias às autoridades e que os professores vem sendo sistematicamente perseguidos e fiscalizados. Definiu-se por solicitação do Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado Ronaldo Benedeth ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado Cel Eliésio Rodrigues que seria aberto IPM, juntamente com a Corregedoria Geral, a partir de Brusque. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o Senhor Presidente a presente Reunião, a qual, eu Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 18 de março de 2008
Deputado Dirceu Dresch
Presidente da Comissão
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 178/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 004/2008, referente à aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local, obteve o seguinte resultado:

Lote 1 -Móveis diversos
Vencedora: DESIGN MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA - EPP
Valor do Último Lance: R$ 73.500,00

Lote 2 -Cadeiras Diversas
Vencedora: JOBEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
Valor do Último Lance: R$ 24.999,70

Lote 3 - Poltronas Diversas
Vencedora: JOBEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
Valor do Último Lance: R$ 2.673,00

Lote 4 -Móveis Diversos
Vencedora: DESIGN MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA - EPP
Valor do Último Lance: R$ 67.000,00

Florianópolis, 24 de março de 2008.

BERNADETE ALBANI LEIRIA
PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 07 de abril de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 006/2008, destinado a **AQUISIÇÃO DE 800 (OITOCENTAS) DOSES DE VACINA CONTRA GRIPE, MONO-DOSE, SERINGA CHEIA, DOSE ADULTA E INDIVIDUAL,** conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 07 de abril de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 24 de março de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 08 de abril de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 007/2008, destinado a **AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) IMPRESSORAS BRAILLE,** conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 10:00 h do dia 08 de abril de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 24 de março de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

RERRATIFICAÇÃO
EXTRATO 027/2008

Diante de lapso de secretaria, rerratifica-se o Extrato 027/2008, conforme segue:

"REFERENTE: 03º TA ao Contrato CL n.º 018/2006, celebrado em 1º/03/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Walter Francisco da Silva
OBJETO: Reajustar o valor do Contrato aplicando-se o índice de 8,38%% (oito vírgula trinta e oito por cento) relativo ao IGPM/FGV (aluguel) incidente no período de março/2007 a fevereiro/2008, inclusive, passando o valor mensal de R$ 4.136,00 (quatro mil cento e trinta e seis reais) para R$ 4.482,59 (quatro mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinqüenta e nove centavos), referente à locação do 1º andar do prédio situado à rua Silva Jardim, n.º 319, com metragem total de 275,00 m².
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 58, § 2º e 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Item 3 da Cláusula Terceira do Contrato e; Autorização administrativa
Florianópolis, 12 de março de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Walter Francisco da Silva - Proprietário"

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

Extrato N.º 030/2008

REFERENTE: 01º TA ao Contrato CL n.º 069/2007, celebrado em 13/12/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Teltec Networks Ltda
OBJETO: Aumento qualitativo e quantitativo ao Contrato original, acrescentando 03 (três) novas unidade de Switch Gerenciável de 24 (vinte e quatro) portas LAYER 3 GIGABIT Ethernet, marca Cisco Systems, WS-C375CG-24T-S (Catalyst 3750 24 10/100/1000T Standard Multilayer Image), passando a ter um módulo de 4 (quatro) portas miniGbic.
VALOR: R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65, I, "b" e §1º, da Lei n.º 8.666/93; e Autorização Administrativa.
Florianópolis, 20 de março de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Glauco Brites Ramos - Sócio-Proprietário TELTEC

*** X X X ***

Extrato CL N.º 031/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 012/2008, celebrado em 18/03/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: PROGETTO ARQUITETURA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
OBJETO: Elaboração de projetos complementares, com cessão de direitos patrimoniais, nos termos do art. 111, da Lei nº 8.666/93, visando à ampliação e reforma do prédio do Palácio Barriga-Verde - Anexo Sul, de acordo com as especificações constantes do Edital, seus anexos e com as condições propostas pela Contratada.
VALOR GLOBAL: R$ 195.980,00 (cento e noventa e cinco mil novecentos e oitenta reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Tomada de Preços CL nº 001/2007, e Autorização para Processo Licitatório n.º 0744/2007, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 18 de março de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Laessa Cristina E. Silva Barbosa / Luciano Gonçalves Barbosa - Empresa

*** X X X ***

EXTRATO Nº 032/2008

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 005/2008, de 24/03/08.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: EDITORA CAROS AMIGOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de 3.000 (três mil) exemplares do livro "Você e a Constituição", de autoria da escritora Liliana Lacocca.
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
PRAZO: Entrega Imediata.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput da Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993; Resolução 0008/2005 que implantou o Programa "Conhecendo o Parlamento Catarinense" e; Processo Licitatório nº 0087/2008.
Florianópolis, 24 de março de 2008.
Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 044/08

Declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias Mamãe-Bebê, da Maternidade do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, no Município de Laguna.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Voluntárias Mamãe-Bebê, da Maternidade do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, com sede no Município de Laguna.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de março de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***